

LOGOS UNIVERSITY INTERNATIONAL
DEPARTAMENTO PÓS GRADUAÇÃO STRICTO SENSU
MESTRADO INTERNACIONAL EM EDUCAÇÃO

MARIA APARECIDA DA SILVA

**A EDUCAÇÃO INCLUSIVA COM ÊNFASE NA FORMAÇÃO CONTINUADA DE
PROFESSORES**

Paris, França 2025

LOGOS UNIVERSITY INTERNATIONAL
DEPARTAMENTO PÓS GRADUAÇÃO STRICTO SENSU
MESTRADO INTERNACIONAL EM EDUCAÇÃO

**A EDUCAÇÃO INCLUSIVA COM ÊNFASE NA FORMAÇÃO CONTINUADA DE
PROFESSORES**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Logos University International como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador Luciane Porto Frazão de Sousa

Paris, França 2025



RAPPORT DU CONSEIL ACADÉMIQUE
**LOGOS UNIVERSITY
INTERNATIONAL – UNILOGOS®**

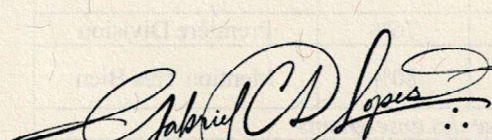
Rapport N° 947-73-2025

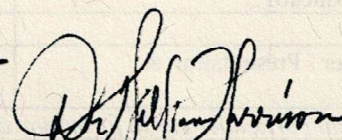
Compte rendu de la session d'examen public du jury, condition d'obtention du Diplôme d'Établissement de **MASTER OF EDUCATION (M.ED)**. Logos University International, UniLogos®, est un établissement d'enseignement supérieur privé agréé par le ministère français de l'Éducation nationale, de l'Enseignement supérieur, de la Recherche et de l'Innovation, conformément aux articles L 444-1 à 444-11 et R 444-1 à 444-28 du Code de l'éducation. Accréditée par l'International Education Accreditation Council (IEAC), elle atteste de l'excellence de ses domaines d'activité. *Logos University International, UniLogos®* est membre pédagogique de l'International Accreditation Council for Business Education (IACBE). Un membre pédagogique de l'IACBE est une unité commerciale universitaire qui a satisfait aux exigences d'adhésion à l'IACBE et a affirmé son engagement envers l'excellence dans la formation commerciale. Pour plus d'informations sur l'association éducative et l'IACBE, consultez le site web de l'IACBE: www.iacbe.org. L'IACBE est reconnu par le Council for Higher Education Accreditation (CHEA), l'organisme d'accréditation programmatique pour les programmes d'affaires aux États-Unis, depuis janvier 2011.

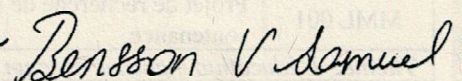
RAPPORT GÉNÉRAL DE DÉFENSE			
Nom	MARIA APARECIDA SILVA	Rég.:	3844-73-2022
Titre	"L'ÉDUCATION INCLUSIVE AVEC UN ACCENT PARTICULIER SUR LA FORMATION CONTINUE DES ENSEIGNANTS"		
Date	31/05/2024	Heure	10h00
Résultat	Mention Très Bien (80) - Approuvé		
Rapport	- L'étudiant a atteint les niveaux requis pour réussir le cours. Éléments évalués: structure écrite du travail, recherche effectuée, logique de la présentation, argumentation opportune et cohérente, format et structure de la présentation, temps, posture, langage verbal et non verbal.		
Juges	Profa. Dra. Luciane Porto Frazão de Sousa, Ph.D (Conseiller) Profa. Dra. Dulcilene Ribeiro Soares, Ed.D Prof. Dr. Cassio Hartmann, Ph.D Prof. Dr. Claudio Neves Lopes, Ed.D		

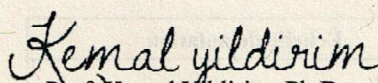
Une fois APPROUVÉ, le Conseil du Jury prépare le document conclusif.

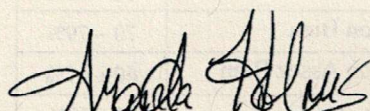
Fait a PARIS, le 31/05/2024


Prof. Gabriel César Dias Lopes, Ph.D
President Logos University


Prof. William A. Harrison, Ph.D
Recteur de Logos University


Prof. Bensson V Samuel, Ph.D
Chancelier/Examineur
Logos University


Prof. Kemal Yildirim, Ph.D
Directeur général


Prof. Amanda Holmes, Ph.D
Vice-recteur



Page 2 sur 2

RESUMO

Vários são os obstáculos que impedem a efetivação da educação inclusiva nas escolas, principalmente com a presença de alunos com maneiras diferentes de aprender, sendo já uma realidade para a qual as escolas não mais podem fechar os olhos. Diante disso, o trabalho ora proposto visa investigar acerca das concepções e práticas metodológicas utilizadas pelos docentes no aprendizado dos alunos com deficiência em salas de aula inclusivas. A investigação parte dos seguintes questionamentos: Quais as concepções e práticas metodológicas utilizadas pelos docentes no aprendizado dos alunos com deficiência em salas de aula inclusivas? Quais as fragilidades e/ou potencialidades existentes no processo de inclusão dos alunos com deficiência em classes comuns, no que tange à aprendizagem e socialização? Em que medidas as práticas pedagógicas dos professores contribuem para o processo de inclusão de alunos com deficiência? A proposta pedagógica da Escola campo, contempla ações eficazes em favor da formação continuada dos professores para atuarem em classes comuns que atendam alunos com deficiência? A coleta de dados constou de levantamentos bibliográficos em revistas, artigos científicos e livros sobre a temática investigada e obras dos autores do marco teórico. A pesquisa de cunho qualitativo, teve como sujeitos, 08 (oito) professores que atuam efetivamente no Ensino Fundamental da Escola campo da pesquisa. Como instrumentos para a coleta de dados, foram utilizados questionários impressos com questões de múltiplas escolhas e discursivas. Os resultados apontam para a necessidade da sólida formação continuada para professores da sala comum em Educação Inclusiva, não apenas para docentes de Atendimento Educacional Especializado, pois todos os profissionais da educação estão em contato com os estudantes em diversos momentos.

Palavras-chaves: Inclusão. Alunos com Deficiência. Formação Continuada de Professores. Práticas Pedagógicas.

ABSTRACT

There are several obstacles that prevent the implementation of inclusive education in schools, mainly with the presence of students with different ways of learning, which is now a reality to which schools can no longer turn a blind eye. In view of this, the proposed work aims to investigate the methodological concepts and practices used by teachers in the learning of students with disabilities in inclusive classrooms. The investigation is based on the following questions: What are the methodological concepts and practices used by teachers in the learning of students with disabilities in inclusive classrooms? What weaknesses and/or potential exist in the process of including students with disabilities in regular classes, in terms of learning and socialization? To what extent do teachers' pedagogical practices contribute to the process of inclusion of students with disabilities? Does Escola Campo's pedagogical proposal include effective actions in favor of the continued training of teachers to work in common classes that serve students with disabilities? Data collection consisted of bibliographical surveys in magazines, scientific articles and books on the topic investigated and works by the authors of the theoretical framework. The qualitative research had as subjects 08 (eight) teachers who effectively work in Elementary Education at the School in the field of research. As instruments for data collection, printed questionnaires with multiple choice and discursive questions were used. The results point to the need for solid continuing training for common room teachers in Inclusive Education, not just for Specialized Educational Service teachers, as all education professionals are in contact with students at different times.

Keywords: Inclusion. Students with Disabilities. Continuing Teacher Training. Pedagogical practices.

AGRADECIMENTOS

A Deus, que é o alicerce de minha fé e a Ele devo agradecer por todas as dádivas que me concedestes.

A toda minha família que sempre estão presentes em todos os momentos da minha vida.

A todos os meus professores e amigos que direta ou indiretamente contribuíram para mais essa conquista.

A todos fizeram parte e contribuíram comigo nesta jornada de luta e aprendizado, obrigada!

A inclusão acontece quando se aprende com as diferenças e não com as igualdades.

Paulo Freire

LISTA DE GRÁFICOS:

GRÁFICO 1: Formação acadêmica dos professores entrevistados

GRÁFICO 2: Tempo de atuação na profissão docente

GRÁFICO 3: Conhecimento dos professores acerca de bases legais da Educação Inclusiva

LISTA DE ABREVIATURAS

AEE- Atendimento Educacional Especializado

CENESP- Centro Nacional de Educação Especial

ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente

IBGE - O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LDB- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC- Ministério da Educação

MT- Mato Grosso

NEE- Necessidades Educacionais Especiais

PPP- Projeto Político Pedagógico

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
1.1- Justificativa.....	12
1.2- Objetivos.....	14
1.2.1- Objetivo Geral.....	14
1.2.2- Objetivos Específicos.....	14
1.3- Problema da pesquisa.....	14
CAPÍTULO I	16
1-Breve reflexão acerca da educação.....	16
2- Evasão Escolar.....	20
3- Formação continuada para professores: uma prática necessária.....	23
3.1- Formação de professores com ênfase na educação inclusiva.....	26
3.2- Educação especial e inclusiva.....	28
3.3- Breve percurso do movimento inclusivo com ênfase em bases legais.....	33
4- A escola como espaço para a construção de saberes.....	37
5- Os limites e possibilidades de igualdade e o respeito à diversidade no universo da inclusão.....	39
6- Sala de Recursos Multifuncionais.....	40
CAPÍTULO II.....	44
2- Caminhos da investigação.....	44
2.1- Delimitação da pesquisa	45
2.2- População e Sujeitos de Estudo	45
2.3- Instrumentos e Técnicas de Investigação	46
2.4- Tratamento dos Dados	46
2.5- Cronograma	47
CAPÍTULO III.....	48
3- Apresentação e análise dos dados coletados	48
3.1- A Escola Campo da pesquisa	48

3.2- Contexto social e perfil socioeconômico da comunidade escolar.....	49
3.3- Sistêmica de organização da Unidade Escolar.....	50
3.4- Acolhimento e procedimentos de atendimento aos estudantes.....	51
3.5- Entrada e saída dos estudantes.....	52
3.6- Organização da Hora-Atividade	53
3.7- Organização da Formação Continuada	54
3.8- Análise do relacionamento interpessoal e atendimento a diversidade.....	55
3.9- Análise da proposta pedagógica, do planejamento escolar e dos recursos de ensino-aprendizagem utilizados.....	56
3.10- Análise da democratização das informações.....	58
3.11- Análise dos recursos físicos, materiais e pedagógicos levando em consideração a suficiência, a qualidade e o aproveitamento.....	59
4- Diversidade cultural e inclusão.....	63
5- Referenciais da avaliação para a aprendizagem.....	70
6- Programas e projetos que a unidade escolar participa ou desenvolve.....	77
7- Análise e discussão dos dados coletados com os docentes.....	78
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	88
REFERÊNCIAS.....	91
APÊNDICES.....	96

1 INTRODUÇÃO

1.1 JUSTIFICATIVA

Vários são os obstáculos que impedem a efetivação da educação inclusiva nas escolas chamadas de inclusivas, principalmente com a presença de alunos com maneiras diferentes de aprender, sendo já uma realidade para a qual as escolas não mais podem fechar os olhos. É imprescindível que se promova uma aprendizagem significativa para os estudantes a partir de suas limitações, particularidades e histórias pessoais, especialmente quando as escolas não contam com profissionais capacitados para utilizar ou buscar os recursos para desenvolver um trabalho satisfatório.

Neste sentido, percebe-se a necessidade do fortalecimento da formação inicial e continuada para professores das Escolas Inclusivas, não apenas para aqueles e atuam em Salas de Recurso Multifuncional, pois os professores da sala comum encontram vários desafios que acabam ganhando proporções ainda maiores e complexas em uma Escola Inclusiva. Um desses desafios, sem dúvida, relaciona-se ao fato de que muitos professores alegam que não estão preparados para lidar com a diversidade, especificamente aquela decorrente de alunos com algum tipo de deficiência e muitas vezes, este despreparo é evidenciado nas salas de aula com atitudes negativas no que se refere à Educação Inclusiva, gerando muitas discussões, reflexões, angústias e preocupações por parte dos docentes. Assim se deparam com a necessidade de mudanças de concepções e metodologias de ensino, as quais necessitam considerar a diversidade do contexto educacional.

Vale ressaltar também, a necessidade de novas e constantes discussões, além do fortalecimento de políticas públicas que priorizem uma formação inicial e continuada consistente, capaz de preparar os profissionais para os embates da profissão docente.

Dessa forma, entende-se que a formação continuada de professores se constitui em um momento importante para a reflexão das práticas do professor e para o desenvolvimento de competências pedagógicas, iniciadas no processo de formação inicial (licenciatura). Diante disso, considera-se necessário destacar a formação continuada como uma prática necessária, por meio da qual o professor atualiza e analisa se as metodologias utilizadas estão sendo favoráveis à aprendizagem.

Além disso, a troca de saberes entre os docentes é essencial para a aquisição de competências e aprimoramento de estratégias educativas. Para que haja sucesso nas propostas de

inclusão escolar é necessária a adequação do processo escolar de acordo com as especificidades dos alunos e a escola deve assumir que as dificuldades experimentadas por alguns alunos resultam da maneira como o ensino é ministrado e como a aprendizagem é concebida e avaliada.

A formação continuada deverá propiciar aos futuros professores instrumentos conceituais e metodológicos que lhes assegurem analisar as diferentes situações que forem surgindo no decorrer das aulas, intervindo de forma consciente para atender a diversidade que vão encontrar, sem que os alunos fiquem prejudicados. O professor deve abolir definitivamente as práticas inibidoras e que às vezes o deixa desmotivados, pois, na maioria das vezes chegam a prever o que um aluno consegue assimilar de um conteúdo, assim, ele deve procurar criar novas maneiras de ensinar.

No Brasil, as legislações sobre formação de professores, sempre deram mais destaque à formação inicial, sendo que pouco se referia à formação continuada. Em 2015, foi homologada a Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015 (Brasil, 2015), que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial e continuada de professores.

Nessa legislação, é dado um destaque a esse último tipo de formação. De acordo com a referida Resolução, a formação continuada compreende dimensões coletivas, organizacionais e profissionais, bem como o repensar do processo pedagógico, dos saberes e valores, e envolve atividades de extensão, grupos de estudos, reuniões pedagógicas, cursos, programas e ações para além da formação mínima exigida ao exercício do magistério na educação básica, tendo como principal finalidade a reflexão sobre a prática educacional e a busca de aperfeiçoamento técnico, pedagógico, ético e político do profissional docente. (Brasil, 2015, p. 13).

Assim, percebe-se a importância de uma formação continuada que atenda às legítimas necessidades pedagógicas dos professores, de tal maneira que estes se sintam como atores principais do processo no qual estão inseridos, ou seja, participantes das determinações que contemplam a sua formação. A formação dos professores, seja ela inicial ou continuada, precisa partir de suas necessidades, de respostas às questões do contexto escolar.

Destarte, vale considerar que o interesse pelo desenvolvimento deste trabalho surgiu ao longo dos vinte anos de atuação da pesquisadora na docência da Educação Básica, bem como na atuação junto à assessoria pedagógica da rede de ensino, quando então, foi possível vivenciar experiências junto a alunos com deficiência e identificar a dificuldade dos docentes em sala de aula, quanto ao tratamento pedagógico com estes alunos.

1.2. OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Investigar acerca das concepções e práticas metodológicas utilizadas pelos docentes no aprendizado dos alunos com deficiência em salas de aula inclusivas.

1.2.2 Objetivos Específicos

- ✓ Identificar fragilidades e/ou potencialidades no processo de inclusão dos alunos com deficiência em classes comuns, no que tange à aprendizagem e socialização.
- ✓ Verificar em que medidas as práticas pedagógicas dos professores contribuem para o processo de inclusão de alunos com deficiência.
- ✓ Conhecer a proposta pedagógica da Escola campo, de modo a identificar ações previstas no referido documento, em favor da formação continuada dos professores para atuarem em classes comuns que atendam alunos com deficiência.
- ✓ Identificar as concepções e práticas pedagógicas dos professores que atuam em salas de aulas inclusivas.

1.3- PROBLEMA DE PESQUISA

No âmbito da Educação Inclusiva, são vários os obstáculos que impedem a efetivação dessa modalidade de ensino em instituições de ensino regular. Os professores ainda encontram dificuldades para trabalhar com estudantes que necessitam de formas diferentes de ensino, especialmente quando as escolas não contam com profissionais capacitados para utilizarem ou buscarem os recursos que lhes garantam desenvolver um trabalho satisfatório.

Em virtude da implementação de políticas públicas voltadas para inclusão escolar, a quantidade de estudantes com deficiência em classes regulares aumentou, colocando, cotidianamente, gestores e professores à prova, diante do desafio de construir saberes capazes de satisfazerem as demandas provenientes do meio escolar, que vão desde a simples convivência à aprendizagem na diversidade.

Nesse contexto, em que a inclusão ganha força, especialmente na escola, a qual representa o espaço considerado por excelência para a educação de crianças e jovens, faz-se necessário cada vez

mais, por parte das instituições de ensino, o papel ativo no desenvolvimento da educação para todos os estudantes com deficiência ou não, a fim de responder às suas necessidades e desenvolver sua autonomia.

A escola tem a responsabilidade de atender a todos os estudantes independente de sua origem ou condição intelectual e também deve ser vista como uma estrutura social que promove a aprendizagem sobretudo na vida, a fim de ajudar a todos na sua jornada de desenvolvimento pessoal e social, reforçar a sua capacidade de se relacionar com os outros e interagir com o ambiente.

Assim, tendo em vista a investigação acerca da educação inclusiva, com ênfase na formação continuada de professores, busca-se respostas para a seguinte questão: Quais as concepções e práticas metodológicas utilizadas pelos docentes no aprendizado dos alunos com deficiência em salas de aula inclusivas?

Visando auxiliar na obtenção da resposta para a questão norteadora, foram elencados alguns questionamentos:

- ✓ Quais as fragilidades e/ou potencialidades existentes no processo de inclusão dos alunos com deficiência em classes comuns, no que tange à aprendizagem e socialização?
- ✓ Em que medidas as práticas pedagógicas dos professores contribuem para o processo de inclusão de alunos com deficiência?
- ✓ A proposta pedagógica da Escola campo, contempla ações eficazes em favor da formação continuada dos professores para atuarem em classes comuns que atendam alunos com deficiência?

CAPITULO I

1- BREVE REFLEXÃO ACERCA DA EDUCAÇÃO

Ao longo da carreira profissional exercida por todo e qualquer profissional da educação, é possível observar a vida cotidiana de alunos e jovens que têm sua vida marcada por desigualdades. Considerando os diversos problemas que há em volta, um deles é a falta de confiança desses sujeitos na própria capacidade de construir e adquirir conhecimento. Muitos jovens não veem a educação como um meio de transformação de vida, sendo que a escola é o caminho viável para mudar, ou seja, o espaço para aprender a resolver problemas que poderão surgir no futuro.

[...] a escola é vista por Gramsci como um dos espaços em que se inscreve a batalha de ideias e a luta pela hegemonia e pelo consenso, e a educação, por sua vez, é compreendida como estratégia fundamental no processo de formação do novo homem também na perspectiva da superação das relações capitalistas. Esse novo homem, capaz de construir o socialismo, deve ser educado para pensar, sentir e agir via uma escolarização que o forme como pessoa capaz de pensar, de estudar, de dirigir ou de controlar quem dirige. (Falleiros, 2005, p. 210).

Uma das principais preocupações dos estudiosos é o baixo grau de desempenho dos estudantes. Fontes passadas por institutos de pesquisas¹, mostram que o percentual de pessoas que não estudam é significativo. Existem várias causas e motivos que contribuem para o fato de muitos jovens desistirem precocemente da escola; como por exemplo a gravidez, pois as jovens necessitam cuidar dos filhos, outros desistem por falta de condição financeira, outros, para trabalhar, outros por causa das drogas, vandalismos, desmotivação, falta de transportes. Conforme expressa Bencini (2006), pode-se perceber que:

O quadro da educação brasileira (sobretudo a pública) é desanimador. Crianças de 5º ano não sabem ler nem escrever, salários baixos para todos os profissionais da escola e equipe desestimulante, família desinteressadas pelo que acontece com seus filhos nas salas de aula, professores que fingem que ensinam e alunos que fingem que aprendem (Bencini, 2006, p. 40).

¹ Ao todo, 56,4 milhões de pessoas frequentavam escolas ou creches em 2019. Entre crianças entre 0 e 3 anos, a taxa de escolarização foi de 35,6%. Entre as de 4 e 5 anos, foi de 92,9%; dos 6 aos 14 anos de idade, chegou próximo a totalidade, 99,7%. A partir dessa idade os números começam a cair, com frequência de 89,2% de 15 a 17 anos; 32,4%, de 18 a 24 anos; e 4,5% a partir dos 25 anos.

Disponível em: <https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/mais-da-metade-das-pessoas-de-25-anos-ou-mais-nao-concluíram-a-educacao-basica1>

Portanto, quando se trata de motivação escolar, observa-se diversos comportamentos psicológicos na vida dos jovens e um desses é a falta de conduta e atitudes da família, é onde começa a educação humana. A família é o primeiro passo para motivar a criança ir à escola, se não existir um incentivo dos pais a criança cresce sem vontade de estudar.

Nesse contexto, Pintrich (2003), no que se refere ao que motiva os alunos, identificou e descreveu cinco grupos de constructos sociocognitivos, os quais têm sido objeto de pesquisas recentes. Tais constructos ou fatores que motivam e direcionam os alunos são: auto eficácia adaptadora e percepções de competência, atribuições adaptadoras e crenças de controle, altos níveis de interesse e de motivação intrínseca, altos níveis de valorização e, por fim, metas, que incluem metas de realização, objetivos de vida e metas sociais.

Ainda segundo Pintrich (2003), sobre cada um desses constructos existem modelos teóricos de estudo da motivação dos alunos que, ao longo dos anos, têm contribuído para a compreensão desse constructo e orientado pesquisas. Neste sentido, cabe esclarecer que teorias são formas de olhar ou lentes que permitem pesquisar um constructo, focando aspectos específicos.

Outro ponto negativo que causa o desinteresse e a falta de motivação pelos estudos é o grande uso desnecessário das redes sociais, uso de celulares em sala de aula. Há jovens que passam a maior parte do dia e a noite conectados em redes sociais, ou seja, uso exagerados de celulares vem causando problemas psicológicos nas mentes de vários jovens.

Para Ribeiro (1999, p. 80), “*no fundo, a tecnologia é, conforme analisava Freud, um desejo de transcendência por parte do ser humano*”. A humanidade vê na tecnologia uma possibilidade de ultrapassar seus limites, ampliando as possibilidades de extensão do corpo humano para aumentar seu poder nas relações com outros e a natureza.

De acordo com Hans Jonas (2015), um dos pensadores contemporâneo centrado numa ética voltada para os impactos tecnológicos, a tecnologia está aí e não há volta para esse processo. Diante desse fator, boa parte da sociedade confunde a evolução social com uma série de fatores que acabam promovendo sucesso ou fracasso. Quando ele comentava essa teoria, nessa época não existia os avanços das redes sociais existentes hoje. O mau uso das redes sociais levam vários jovens a terem problemas psicológicos que resultam no abandono escolar. É preciso, portanto, ter uma ética profunda de responsabilidade pelas consequências que nos deparamos atualmente hoje no Brasil e que cresce cada vez mais a evasão escolar.

Para Rodrigues (2013),

A educação é entendida como o processo de formação humana, atua sobre os meios para a reprodução da vida – e essa é sua dimensão mais visível e prática –, bem como coopera para estender a aptidão do homem para olhar, perceber e compreender as coisas, para se reconhecer na percepção do outro, constituir sua própria identidade, distinguir as semelhanças e diferenças entre si e o mundo das coisas, entre si e outros sujeitos (Rodrigues, 2013, p. 243).

A Educação envolve todo esse instrumental de formas de percepção do mundo, de comunicação e de intercomunicação, de autoconhecimento e de conhecimento das necessidades humanas e propõe-se a prover as formas de superação dessas necessidades, sejam elas materiais ou psíquicas, de superação ou de reconhecimento de limites, de expansão do prazer e outras. Educar requer o preparo eficiente dos educandos para que se capacitem, intelectual e materialmente, para acionar, julgar e usufruir esse complexo de experiências com o mundo da vida. Esta é uma responsabilidade a ser atribuída ao Educador.

Grandes mudanças devem ser realizadas nos modos de vida atualmente. “Não somente nos faltam condições para encarar o mundo, como também não podemos olhar para nós mesmos, admitindo o caos e a violência inseridos em nossas relações” (Skinner, 1978, p. 27).

Há evidente necessidade de um mundo com pessoas vivendo juntas e com sabedoria para administrar os seus conflitos internos e externos. Pessoas que se preocupem com suas necessidades físicas e abstratas, mas que não deixem de prestar atenção nas necessidades dos outros; que se divirtam e contribuam para o divertimento de outros na arte, na música, na literatura, nos jogos; que não consumam os recursos ambientais de forma a acabá-los definitivamente; que não aumentem a poluição; que não tenham filhos além dos que possam criar de modo adequado; que continuem aproveitando o mundo ao seu redor e a descobrir meios melhores de lidar com ele, e venham a se conhecer de forma precisa e, assim, administrem-se eficazmente.

As tecnologias contemporâneas têm influenciado os relacionamentos humanos e gerado consideráveis mudanças na sociedade. Essas alterações são cada vez mais profundas e se aplicam tanto à maneira como as pessoas se relacionam quanto a forma que produzem. Exemplos não faltam.

Em 1990, a internet nem sequer existia em termos sociais. Hoje, conecta quase 1 bilhão de pessoas no mundo e deve interligar mais da metade da população mundial em 10 anos. As máquinas também avançam. Entre 1950 e 2000, o poder de processamento dos computadores cresceu inimagináveis 10 bilhões de vezes. (Rudlewski & Greco, 2006).

A ciência é bastante expressiva no que se refere à tecnologia. Skinner, em sua obra “ciência e comportamento humano” considerava que os métodos da ciência obtinham um sucesso enorme

onde quer que tenham sido experimentados. Sua sugestão era que fossem aplicados aos assuntos humanos.

Não precisamos nos retirar dos setores onde a ciência já avançou. É necessário apenas levar nossa compreensão da natureza humana até o mesmo grau. Na verdade, esta é nossa única esperança. Se pudermos observar cuidadosamente o comportamento humano, de um ponto de vista objetivo e chegar a compreendê-lo pelo que é, poderemos ser capazes de adotar um curso mais sensato de ação. A necessidade de estabelecer este equilíbrio é hoje amplamente sentida, e aqueles que são capazes de controlar a direção do progresso científico estão agindo de acordo. [...] Se quisermos desfrutar das vantagens da ciência no campo dos assuntos humanos, devemos estar preparados para adotar o modelo de comportamento de trabalho para o qual a ciência conduz inevitavelmente. Mas poucos os que defendem a aplicação dos métodos científicos aos problemas atuais estão desejosos de ir tão longe (Skinner, 1983, p. 34).

A escola é inevitavelmente um lugar de relacionamentos humanos em exercícios cotidianamente. Não se resume basicamente ao lugar de transmissão de conhecimentos por área, pois se os relacionamentos são vividos em ambiente escolar, conhecimentos relativos a esses relacionamentos também precisam ser considerados. Assim, é fundamental que educadores se tornem importantes pesquisadores nessa área. Considerando também os relacionamentos com o meio ambiente o qual todos estão inseridos e todas as práticas pedagógicas em torno de todos os ensinamentos.

Lawrence Stenhouse (1926 – 1982) defensor da pesquisa no dia-a-dia acreditava que quem mais precisa aprender é aquele que ensina. Pioneiro em defender um estudo baseado em pesquisas, ele lutou para que o professor deixasse de se colocar simplesmente como autoridade na sala de aula. O relacionamento professor/aluno deve ser afetuoso, respeitoso e com a presença constante do diálogo.

Na obra intitulada *Pais brilhantes, professores fascinantes*, Cury (2003, p. 42) mostra que entre conversar e dialogar há uma grande diferença: “Conversar é falar sobre o mundo que nos cerca, dialogar é falar sobre o mundo que somos. Dialogar é saber ouvir e ser ouvido, é respeitar o que o outro pensa, sem ser contra seus próprios princípios”.

Segundo Vygotsky (2000) a relação professor/aluno não deve ser uma relação de imposição, mas de respeito, ajuda e crescimento para ambos, sem ignorar a ação intrapsíquica do sujeito. Para Piaget (1998), o professor “perde tempo” ao verbalizar, sem permitir que os alunos usem a abordagem, tentativas e erros.

Paulo Freire (1999) em sua obra “*Pedagogia da autonomia*”, diz que se temos aspirações à democracia e solidariedade, não é falando aos outros, de cima para baixo, sobretudo, como se

fôssemos os portadores da verdade a ser transmitida aos demais que aprendemos a escutar, mas é escutando que aprendemos a falar com nossos educandos.

Rogers (1969) traz algumas reflexões metodológicas:

É essencial que o professor crie desde o início uma atmosfera ou clima nos quais se desenvolverá a experiência real pelo grupo; O formador deverá contribuir para a definição e para a clarificação dos objetivos pessoais de cada membro da classe e também para os objetivos gerais comuns ao grupo; O formador deverá utilizar como principal motivação para uma verdadeira aprendizagem, o desejo de cada estudante de atingir objetivos que realmente lhe interessam; Ele deverá esforçar-se para organizar um conjunto tão vasto quanto possível de recursos didáticos para que os alunos os possam utilizar com facilidade; Quando o grupo se encontrar num clima de aceitação, o formador poderá integrar-se nele progressivamente e expressar suas opiniões do ponto de vista puramente individual; Para facilitar o processo de aprendizagem, o formador deverá esforçar-se para tomar consciência de seus limites e de aceitá-los (Rogers, 1969, p. 164).

A aprendizagem depende, a princípio, de um bom convívio entre educador e educando. O objetivo principal do aluno é aprender para crescer, ter maturidade e conhecimentos da sua área de afinidade. Alguns trazem desafios mais complexos em seus contextos de vida, outros já conseguem atingir seus objetivos com mais facilidade. São diferenças que o educador precisa levar em consideração.

2 - EVASÃO ESCOLAR

A evasão escolar tem sido tema de inúmeras discussões entre educadores. Pesquisas mostram que esse problema cresce cada vez mais, afetando principalmente as escolas públicas e os maiores índices estão relacionados aos jovens que trabalham para ajudar na renda familiar.

Os jovens e adultos analfabetos, ou com pouca escolaridade, são pessoas que tiveram no seu passado um direito violado por não poder frequentarem a escola. “Ao serem privados desse direito, perderam uma importante ferramenta: o acesso ao saber sistematizado, que é produzido pela humanidade” (Murata e Murata, 2014, p. 54).

Sabe-se que a evasão acontece em todos os níveis de ensino, fundamental, médio e nível superior. São vários os motivos para o abandono escolar como aqueles que tiveram pais analfabetos, falta de dinheiro, transporte, comida, afeto familiar, paternidade e maternidade precoces e transtorno psicológicos causados pelos usos em excessos das redes sociais.

A evasão escolar tem sido uma problemática de constante discussão entre os profissionais que trabalham com educação, isso porque o custo de se manter um aluno na escola e este não

terminar os estudos é muito alto. A evasão representa a interrupção da participação das crianças do sistema formal de ensino, esta interrupção muitas vezes pode estar associada a diversos fatores. O tema sobre evasão escolar é tratado de forma tão séria, que o responsável por uma criança evadida pode responder por “processo de abandono intelectual” (Caldas, 2000).

Nos dias atuais, as questões relacionadas ao abandono escolar vêm preocupando as autoridades e assumindo um tratamento especial aos jovens que desistiram de estudar e vários estudos e pesquisas querem saber a causas e os motivos que levam crianças e jovens ao fracasso escolar.

Muitas vezes, a evasão escolar é registrada como caso em que os alunos desista por falta de desinteresse tanto do próprio aluno e dos pais, principalmente os de classes baixa, muitos deles abandonam os estudos sem ter concluído o Ensino Fundamental.

Existem, é claro, alunos que não conseguem acompanhar o ensino que lhes é dispensado, que não adquirem os saberes que supostamente deveriam adquirir, que não constroem certas competências, que não são orientados para a habilitação que desejariam, alunos que naufragam e reagem com conduta de retração, desordem, agressão. É o conjunto desses fenômenos observáveis e comprovados que a opinião, a mídia, os docentes agrupam sob o nome de fracasso escolar.

Para esclarecer os problemas que afeta a educação em geral, principalmente os casos de abandono escolar é preciso fazer um estudo bem detalhado e com investigações profundas. Cada caso de abandono escolar é um argumento diferente em relação a outros casos, por isso baseados em estudos feitos e conforme o último relatório do ensino básico e principalmente do ensino médio, o nível de aprendizagem foi muito baixo e péssimo para a educação.

No âmbito dessa discussão, há que se pensar a evasão escolar das pessoas com deficiência, uma vez que desde os primórdios da educação especial, a figura do professor é considerada de suma importância no processo de aprendizagem desse público, ou seja, o docente pode contribuir de maneira significativa para a permanência desses alunos no ensino regular. Assim, “é necessário que a ação pedagógica do professor seja diversificada e enriquecida constantemente, ao tratar os conteúdos curriculares” (Pereira e Lopes, 2015, p. 2).

De acordo com Patto (1997):

A reprovação e a evasão escolar são: um fracasso produzido no dia-a-dia, da vida na escola e na produção deste fracasso estão envolvidos aspectos estruturais e funcionais do sistema educacional, concepções de ensino e de trabalho e preconceitos e estereótipos sobre a sua clientela mais pobre (Patto, 1997, p. 59).

Esses preconceitos, no entanto, longe de serem uma característica apenas dos educadores que se encontram nas escolas, estão disseminados na literatura educacional há muitas décadas enquanto discurso ideológico, o seja, ao se pretender neutro e objetivo, participa de forma decisiva na produção das dificuldades de escolarização das crianças das classes populares.

Ainda sobre a evasão dos alunos com deficiência do Ensino Regular, Pereira e Lopes (2015) sinalizam que:

A evasão está relacionada, não apenas ao perfil do próprio aluno, mas também à formação dos professores que com eles atuam e às metodologias por eles utilizadas no desenvolvimento do processo aprendizagem. Portanto, cabe a todos os profissionais envolvidos na educação trabalharem para que o processo de inclusão se torne mais acessível e se concretize de maneira responsável em todas as escolas de ensino regular (Pereira e Lopes, 2015, p. 6).

Existem fatos que professores ficaram com trauma em razão de ameaça e agressão por parte de alguns alunos dentro da sala de aula. Muitos professores preferem assumir outro tipo de atividade. Esse aluno termina prejudicando a aula, tirando a atenção de quem quer aprender realmente, tirando a atenção dos professores e alunos, todas essas consequências acabam resultando na desistência e a evasão escolar.

De maneira geral, os estudos analisam o fracasso escolar, a partir de duas diferentes abordagens: a primeira, que busca explicações a partir dos fatores externos à escola, e a segunda, a partir de fatores internos. Dentre os fatores externos relacionados à questão do fracasso escolar são apontados o trabalho, as desigualdades sociais, a criança e a família. E dentre os fatores extraescolares são apontados à própria escola, a linguagem e o professor. (Queiroz, 2007).

Realmente, muitas crianças e jovens chegam à escola já transformados, as regras da escola não funcionam para controlar os vandalismos dentro da sala de aula. As regras construídas no ambiente familiar são importantes para o processo de organização interna da criança. Essas regras devem ser construídas no início, uma vez que os pequenos necessitam do direcionamento da família na formação de sua personalidade. Vários estudos comprovam que a estruturação familiar é de muita importância e reflete diretamente no comportamento intelectual e na melhora do aluno no ambiente escolar.

Obviamente que para exercer um trabalho docente de qualidade é preciso uma valorização para o profissional da educação. Muitas vezes o professor passa por situações difíceis e complicadas em relação ao trabalho que exerce, pois, a responsabilidade em oferecer qualidade no trabalho é um desafio, qualquer baixo rendimento ou reprovação, responsabilidade pelos baixos níveis, boa parte da culpa é atribuída aos professores. Porém, sabe-se que o comprometimento compete ao educando,

aprender depende do comportamento do aluno, alguém só aprende se ele mesmo tiver interesse do que quer saber ou aprender, e só “ensina “a quem quer aprender”.

Historicamente, a evasão escolar é considerada uma das maiores fragilidades e dificuldade que o sistema educacional no Brasil vem enfrentando. Vários pesquisadores e políticas públicas há algum tempo vem buscando esclarecer e procurando meio para combater essas causas que deixam preocupação em vários setores da massa popular.

3- FORMAÇÃO CONTINUADA PARA PROFESSORES: UMA PRÁTICA NECESSÁRIA.

A formação continuada é uma prática necessária, por meio da qual o professor atualiza e analisa se as metodologias utilizadas estão sendo favoráveis à aprendizagem. Além disso, a troca de saberes entre os docentes é essencial para a aquisição de competências e aprimoramento de estratégias educativas.

Para que haja sucesso nas propostas de inclusão escolar é necessária a adequação do processo escolar de acordo com as especificidades dos alunos e a escola deve assumir que as dificuldades experimentadas por alguns alunos resultam da maneira como o ensino é ministrado e como a aprendizagem é concebida e avaliada.

Em primeiro lugar a formação inicial deverá propiciar aos futuros professores instrumentos conceituais e metodológicos que lhes assegurem analisar as diferentes situações que forem surgindo no decorrer das aulas, intervindo de forma consciente para atender a diversidade que vão encontrar, sem que os alunos fiquem prejudicados.

O professor deve abolir definitivamente as práticas inibidoras e que às vezes o deixam desmotivados, pois elas na maioria das vezes chegam a prever o que um aluno consegue assimilar de um conteúdo, Ele deve sim procurar criar novas maneiras de ensinar.

Outra barreira que precisa ser transposta e que merece especial atenção no quadro de mudanças sugerido pelo ensino inclusivo é a “inadequação de métodos e técnicas de ensino tradicional, baseados na transmissão de conhecimentos e na individualização das tarefas de aprendizagem (Gaio e Meneghetti, 2004, p. 56).

O método tradicional a homogeneização das respostas, a competição entre os alunos, a transmissão dos conhecimentos, o medo de errar, às vezes impedem tanto os alunos quanto os professores de contemplar o valor e a riqueza das diferenças dentro do processo educativo.

Conforme o Art. 8 da Resolução n.02 de 11 de setembro de 2001 que institui as Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica, é estabelecido no Inciso I, sobre a capacitação de professores das classes comuns e da educação especial, capacitados e especializados, respectivamente, para o atendimento às necessidades educacionais dos alunos”.

O docente deve estar preparado para receber o aluno com deficiência em sala de aula de ensino regular, mas em primeiro lugar deverá toda a comunidade escolar consolidar um projeto político pedagógico voltado com o compromisso de uma educação para todos. O professor deverá conhecer e desenvolver ferramentas metodológicas de ensino, abordando os conteúdos de forma diferenciada e desta forma atender a diversidade dos estudantes.

Conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96 - LDBEN os sistemas de ensino são responsáveis pelo bom funcionamento de suas escolas dando plenas condições para que essas possam elaborar o seu projeto pedagógico e ao mesmo tempo ter em seu quadro de docentes, pessoas capacitadas e especialistas, atendendo às necessidades dos alunos com deficiência. Uma proposta inclusiva envolve professores comprometidos e a formação não se esgota na graduação ou nos cursos pós-graduação.

Os professores estão continuamente se atualizando, para conhecer cada vez mais de perto os seus alunos, em suas peculiaridades de desenvolvimento, para promover a interação entre as disciplinas escolares, para reunir os pais, a comunidade, a escola em que exercem suas funções, em torno de um projeto educacional que estabeleceram juntos. ((Gaió e Meneghetti, 2014, p. 92).

Essa formação continuada para os profissionais da educação deve acontecer no interior da escola, mediante estudos, trocas de experiências, que possam sanar dúvidas ou situações existentes, cooperação coletiva e de acordo com a realidade de cada comunidade escolar. Desse modo, estarão aprimorando as práticas pedagógicas. Os professores devem estar habilitados para atuar com competência nas salas de ensino regular junto aos alunos com deficiência.

Goffredo (2012) sinaliza sobre a preocupação em relação à implantação da educação inclusiva nas escolas, devido à falta de formação especializada dos professores nas classes regulares, bem como a escassez de materiais pedagógicos adequados ao trabalho com alunos com deficiência.

Os professores às vezes agigantam algum problema de indisciplina na sala de aula, que pode ser até algo rotineiro ou quando surge qualquer problema de dificuldade de aprendizagem, devido às salas estarem superlotadas, mas o medo de enfrentar o novo, o diferente e resolver problemas que fogem ao usual na sua turma os deixam inseguros. Sobre esse assunto, Gaió e Meneghetti (2004, p.

99) asseveram que “uma das reações mais comuns é afirmar que não estão preparados para enfrentar as diferenças nas salas de aulas”.

É nesse momento que deve ser incluída a ajuda e o apoio aos professores, vindo de colegas com mais experiência, do gestor, de pessoas que fazem parte do grupo pedagógico da escola, especialistas, que juntos abrirão discussões, questionamentos e procurarão buscar soluções para os problemas elencados pelo professor. Dessa forma, amenizar as inquietações para que eles não percam o foco do caso que está sendo analisado.

Não se pode fechar os olhos para o conjunto de condições que impactam no cotidiano do professor, dificultam a sua motivação e dedicação em sala de aula. Dentre essas condições, destacam-se, dentre outros fatores, a desvalorização profissional, as condições de trabalho, expectativas profissionais.

As reflexões sobre a Formação Continuada de professores sinalizam para a compreensão de que a formação docente não finda com a conclusão da licenciatura, uma vez que esta se constrói durante toda a atividade profissional, pois de acordo com Nóvoa (1999), o professor se forma na escola.

Ao discorrer sobre formação de professores, compreende-se que historicamente uma percepção que se consolida é a formação continuada, que no Brasil, possui um roteiro histórico e socioepistemológica apontada por diferentes tendências que surgiram de diferentes convicções de educação e sociedade presentes na realidade brasileira. Para Nóvoa (1992), as ideias de formação continuada, vistas como etapa de um único processo:

[...] apontam para a necessidade de se avançar e criar um novo paradigma, no qual a formação do educador se efetive num contínuo, processo em que a formação inicial, a formação contínua, a prática profissional, os saberes da profissão e a carreira profissional sejam elementos articulados entre si (Nóvoa, 1992, p. 32).

A formação continuada assim conhecida como contingência de transformação das práticas no campo dos docentes e da escola proporciona a investigação do novo, do distinto a partir das experiências profissionais que ocorrem neste espaço e período, orientando uma maneira constante de mudança e intervenção na realidade em que se incluem e prepondera esta formação. Para tanto, faz-se necessário investigar aportes teóricos que explicitam essa nova tendência para que se possa compreender o processo de formação continuada dos professores neste século XXI.

As alternâncias no modo de se pensar a formação de professores não asseguram, porém, mudanças, transformações imediatas nos cursos de formação docente, especialmente nas

licenciaturas. As mudanças nesse contexto parecem ser mais lentas e seguir um caminho mais complexo. Sobre esse assunto, vale destacar que:

É necessário começar a refletir sobre o que nos mostra a evidencia da teoria e da prática formadora dos últimos anos e não nos deixarmos levar pela tradição formadora, para assim tentar mudar e construir uma nova forma de ver o ensino e a formação docente, a fim de transformar a educação e contribuir para uma sociedade mais justa (Imbernón, 2010, p. 31).

O Exercício do docente é muito mais forte do que sua expressão, se o professor não mostrar em ações tudo que ensina não terá fundamentos para ensinar. Freire (1996) sinaliza que não se passa da inocência à criticidade sem um bom trabalho, o desenvolvimento da curiosidade crítica, insatisfeita, da constante busca do conhecer e conhecer de forma criticamente curiosa. O professor precisa ter consciência do que é ser um ser ético, agir como tal. Ter coragem para assumir posicionamentos e mudar. Supõe a disponibilidade à revisão dos achados, reconhece não apenas a possibilidade de mudar de opção, de apreciação, mas o direito de fazê-lo.

A formação docente tem que atingir o valor dos sentimentos, das sensações, da vontade, da incerteza a ser superada pela certeza, o temor que ao ser contido vai constituindo ânimo. A formação docente é um segmento de formação de identidade que compõe as extensões pessoais e profissionais.

3.1- Formação de Professores com ênfase na Educação Inclusiva

Nas últimas décadas, foram significativos os avanços em relação à formação de professores no Brasil, não apenas em termos de legislação, mas também na construção do conhecimento acadêmico relacionado ao conteúdo. No que tange à legislação, um marco fundamental foi a Lei de Diretrizes e Bases da Educação brasileira (LDB 9394/96), aprovada em 20 de dezembro de 1996. Esta lei visava iniciar um processo de transformação em todos os níveis da educação, reorganizando-a em educação básica, que compreende a educação infantil, o ensino fundamental, o ensino médio e o ensino superior (Brito, 2021)

Atualmente, a realidade das escolas é marcada pela crescente heterogeneidade dos alunos. Diferentes culturas, classes sociais e níveis de habilidades e competências coexistem na mesma sala de aula, participando juntos do processo de aprendizagem. Esse ambiente inclusivo é um marco importante na evolução da educação. Antes das décadas de 1960/1970, alunos de camadas sociais desfavorecidas geralmente não continuavam seus estudos por muito tempo, enquanto aqueles com

deficiências frequentavam instituições especializadas de Educação Especial. Nas últimas três décadas, um movimento surgiu, com a participação de vários setores políticos e sociais, exigindo igualdade social e educacional e promovendo a necessidade de uma escola inclusiva (Sousa, 2016).

No campo educacional, houve uma convergência de abordagens que analisaram as origens das diferenças entre os alunos e propuseram maneiras de transformá-las em oportunidades de aprendizagem para todos. Na antropologia social e cultural, explorou-se o conceito de cultura e foram sugeridos modelos para implementar uma educação multicultural. Na sociologia da Educação, investigou-se as desigualdades sociais e o papel da escola em relação a elas. Na Educação Especial, foram abordadas as necessidades educacionais dos alunos com deficiências sensoriais, transtornos de desenvolvimento ou dificuldades de aprendizagem, com propostas de mudanças nas escolas para atender a essas necessidades. Nas teorias construtivistas da aprendizagem, enfatizou-se a importância do conhecimento prévio dos alunos e a necessidade de considerar suas diferenças individuais no processo de construção do conhecimento (Sousa, 2016).

Não se pode simplesmente encaixar um novo projeto, como a inclusão, em um modelo educacional antiquado, daí a necessidade de recriar o modelo educacional existente. As escolas que reconhecem e valorizam as diferenças têm abordagens inclusivas de educação, e o ensino que oferecem difere radicalmente do modelo tradicional para atender às necessidades específicas dos alunos que enfrentam desafios que vão desde deficiências até dificuldades relacionais, motivacionais ou culturais (Mantoan, 2003).

Muitas escolas contestam e não adotam as práticas tradicionais para lidar com as diferenças, facilitação de atividades e programas de reforço ou aceleração de aprendizagem para corrigir defasagens idade/série escolar. Nesse contexto, superar o sistema tradicional de ensino é um objetivo urgente, tanto no que se ensina aos alunos quanto em como se ensina, para que eles possam crescer e se desenvolver como seres éticos e justos, capazes de contribuir para tornar o mundo mais humano (Mantoan, 2003).

Infelizmente, ainda persiste a visão conservadora de que escolas de qualidade são aquelas que enfatizam o preenchimento das mentes dos alunos com datas, fórmulas e conceitos fragmentados. Essas escolas priorizam o conteúdo acadêmico em todos os níveis, centralizando a aprendizagem no aspecto cognitivo e quantificando respostas-padrão em avaliações. Seus métodos enfatizam a exposição oral, repetição e memorização, enquanto negam o valor do erro. Elas estão sempre preparando os alunos para o futuro, seja para a próxima série, para o próximo nível de escolaridade ou para exames vestibulares (Mantoan, 2003).

Nesse contexto é fundamental pensar na formação de professores como meio para alcançar uma verdadeira educação inclusiva. De acordo com a LDB (Brasil, 1996), um capítulo específico é dedicado à formação de professores, abordando os fundamentos metodológicos, os tipos e modelos de ensino, assim como as instituições responsáveis pelos cursos de formação inicial dos professores. Além disso, o artigo 13 da LDB estabelece as responsabilidades dos professores, independentemente da fase escolar em que atuam. É essencial que os educadores reconheçam as necessidades individuais de cada aluno e proporcionem uma educação inclusiva (Brito, 2021). O papel do professor é fundamental nesse contexto, sendo aquele que inspira os alunos a acreditar, descobrir e desenvolver seus potenciais. O professor atua como facilitador no processo de busca pelo conhecimento, que parte do aluno.

A formação dos professores e seu desenvolvimento profissional são condições necessárias para que se produzam práticas integradoras positivas nas escolas. É muito difícil avançar no sentido das escolas inclusivas se os professores em seu conjunto, e não apenas os professores especialistas em educação especial, não adquirirem uma competência suficiente para ensinar a todos os alunos. (Coll; Marchesi; Palacios, 2004, 44).

A análise da formação do professor para lidar com a escolaridade dos alunos com foco na educação especial deve considerar uma série de aspectos que vão além das questões específicas desse campo. Assim, o discurso de inclusão pode ser usado para ignorar a necessidade de conhecimentos especializados na formação de professores, sugerindo que algumas adaptações simples seriam suficientes para resolver os problemas de aprendizagem dos alunos com deficiência (Kassar, 2014).

3.2 -EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA

Ao se tratar da abordagem abrangente que a legislação brasileira adotou em relação à educação especial e à inclusão de pessoas com deficiência destaca-se a Constituição Federal de 1988, juntamente com leis posteriores e decretos, estabeleceu um arcabouço legal sólido para garantir que todos tenham acesso à educação, independentemente de suas capacidades físicas ou mentais. O reconhecimento da educação como um direito fundamental é essencial para promover uma sociedade mais inclusiva e igualitária. Ao garantir o acesso à educação em igualdade de condições, o Brasil está dando passos importantes na promoção dos direitos humanos e na construção de uma sociedade mais justa (Brasil, 1988).

Além disso, a incorporação das diretrizes da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU no Decreto nº 6.949/2009 demonstra o compromisso do Brasil com os padrões internacionais de direitos humanos e inclusão. Os estudos contínuos realizados por especialistas em educação e saúde são fundamentais para informar e aprimorar as políticas públicas relacionadas à educação especial. Essa colaboração entre academia, sociedade civil e governo é essencial para garantir que as políticas e práticas educacionais sejam eficazes e inclusivas (Aranha, 2004).

Em resumo, a legislação brasileira sobre educação especial e inclusão de pessoas com deficiência reflete um compromisso sério em promover a igualdade de oportunidades e o pleno desenvolvimento de todos os cidadãos. Esses esforços são essenciais para construir uma sociedade mais justa, inclusiva e solidária. A escola no seu processo histórico se caracterizou pela visão da educação que institui o processo de escolarização como privilégio de um grupo, portanto, uma exclusão das políticas e práticas educacionais reprodutoras da ordem social.

Aranha (2004, p. 58) sinaliza que “a partir do processo de democratização da educação se evidencia o paradoxo inclusão/exclusão”, quando os sistemas de ensino universalizam o acesso, mas continuam excluindo indivíduos e grupos considerados fora dos padrões homogeneizadores da escola. Faz-se necessário pesquisas na área de educação especial para que os profissionais escolares e da saúde, consigam atender as necessidades das pessoas com deficiência.

A educação inclusiva surge dentro do contexto de reformulação dos parâmetros do ensino que prevê profundas alterações no pensar da própria educação, num processo de singularização que se estabelece na valorização de diferença e na estimulação das diversas formas de atuar e participar ativamente no social (Maldonado, 2002, p. 09).

De acordo com Pasian (2017 p. 54) “ A educação especial é muito mais do que escola especial”. Como tal, sua prática não precisa estar limitada a um sistema paralelo da educação, e sim fazer parte da educação como um todo, acontecendo nas escolas regulares e constituindo-se em mais um sinal de qualidade em educação, quando oferecida a qualquer aluno que dela necessite, por quaisquer que sejam os motivos (internos ou externos ao indivíduo).

Embora tenham sido observados avanços no ambiente escolar para alunos com deficiências, como a implementação de políticas públicas e melhorias na infraestrutura das instituições de ensino, esses esforços ainda estão longe de garantir uma inclusão efetiva. As escolas muitas vezes não recebem os recursos necessários para se tornarem verdadeiramente inclusivas, e há uma lacuna significativa na capacitação e formação contínua dos professores para lidar com a diversidade de alunos, incluindo aqueles com deficiências. A falta de investimento adequado e de suporte

profissional pode limitar a eficácia das práticas inclusivas e dificultar o pleno desenvolvimento acadêmico e social dos alunos com deficiências (Silveira, 2020).

É essencial que as escolas estejam preparadas progressivamente para receber e atender alunos com deficiência, garantindo não apenas sua inclusão, mas também o pleno desenvolvimento de suas capacidades intelectuais e cognitivas. Isso requer um compromisso firme por parte dos governos, com a Educação Inclusiva assumindo uma posição de destaque nas prioridades políticas e financeiras.

As políticas públicas devem ser formuladas de maneira a garantir recursos financeiros adequados que apoiem a implementação efetiva da inclusão, fornecendo apoio para capacitar professores, adaptar ambientes escolares e fornecer os recursos materiais e tecnológicos necessários para facilitar o ensino e aprendizado dos alunos com deficiência. A efetivação da inclusão demanda um esforço conjunto e coordenado para transformar essa visão em realidade e assegurar que todos os alunos tenham acesso igualitário a uma educação de qualidade (Silveira, 2020).

Sassaki (2009) explica que a inclusão é mais do que uma simples prática educacional; é um paradigma que busca tornar os sistemas sociais mais adequados para toda a diversidade humana. Isso engloba uma ampla gama de características, como etnia, raça, língua, nacionalidade, gênero, orientação sexual, deficiência e outros atributos. O processo de inclusão não apenas visa adaptar os sistemas sociais, mas também envolve a participação ativa das próprias pessoas pertencentes a esses grupos na formulação e implementação dessas adaptações. Em essência, a inclusão busca criar uma sociedade onde todos tenham oportunidades iguais de participação, contribuição e realização, independentemente de suas diferenças individuais.

A abordagem da inclusão se diferencia da integração, que historicamente recorreu a práticas como *mainstreaming*, normalização, classes especiais e escolas especiais. Estas formas de inserção escolar partiam do princípio de que deveriam existir dois sistemas de educação separados: um regular e um especial. Os alunos com deficiência só poderiam frequentar escolas regulares se fossem considerados capazes de acompanhar seus colegas não deficientes, resultando em um sistema de classificação para acomodar os diferentes níveis de capacidade. Mesmo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) emprega a expressão "preferencialmente na rede regular de ensino" e a condição "no que for possível", sugerindo implicitamente a existência de um sistema paralelo exclusivamente destinado a alunos que não poderiam frequentar escolas comuns devido às suas deficiências físicas, intelectuais, sensoriais ou múltiplas (Sassaki, 2011).

O objetivo da integração é inserir um aluno, ou um grupo de alunos, que foi anteriormente excluído. O mote da inclusão, ao contrário, é o de não deixar ninguém no exterior do ensino regular, desde o começo da vida escolar. As escolas inclusivas propõem um modo de organização do sistema educacional que considera as necessidades de todos os alunos, estruturado em função dessas necessidades (Mantoan, 2015, p. 28).

Silveira (2020) cita que a Nova Política Nacional de Educação Especial (PNEE) de 2020 tem sido objeto de críticas por sua abordagem, que deixa aos pais a decisão de matricular seus filhos em escolas ou classes comuns inclusivas, especiais ou específicas. Essa flexibilidade pode, na prática, resultar em exclusão em vez de inclusão. Contrapondo-se a essas mudanças, as ideias de Santos (2012) defendem que a escola deve ser um espaço inclusivo em todos os aspectos, onde alunos e professores participam de atividades que promovem a integração do conhecimento, permitindo a valorização das diversas perspectivas e experiências trazidas por todos os membros da classe.

Quando uma criança é inserida em um ambiente onde pode interagir e participar ativamente, independentemente de ser considerada especial ou não, ela tem a oportunidade de desenvolver suas habilidades de aprendizagem de maneira mais ampla. A interação com outras crianças não apenas melhora a comunicação, mas também potencializa os processos sociais e emocionais. A educação, afinal, também se trata de aprender a conviver com o outro. No entanto, a legislação mencionada anteriormente abre espaço para interpretações que não garantem esse direito à aprendizagem em um sentido mais amplo de inclusão, onde todos têm a oportunidade de estar juntos e aprender uns com os outros (Silveira, 2020).

É verdade que a educação inclusiva é essencial para garantir que todos tenham acesso ao ensino e para promover uma educação escolar mais igualitária. No entanto, as escolas muitas vezes enfrentam desafios significativos ao tentar implementar a educação inclusiva, e a falta de recursos financeiros é uma das principais barreiras. Embora a educação inclusiva seja amplamente discutida e defendida, sua implementação muitas vezes é precarizada devido à escassez de recursos. Isso pode resultar em falta de apoio adequado para alunos com deficiência, falta de capacitação adequada para professores, infraestrutura inadequada e falta de acesso a recursos materiais e tecnológicos necessários para garantir uma educação inclusiva eficaz (Pinheiro, 2020).

É importante reconhecer que a educação inclusiva traz inúmeros benefícios não apenas para pessoas com deficiência, mas para toda a comunidade escolar, promovendo a diversidade, a equidade e a compreensão mútua. Portanto, é fundamental que os governos, as instituições

educacionais e a sociedade como um todo se comprometam a investir de maneira adequada na promoção da educação inclusiva, garantindo que todos os alunos tenham a oportunidade de alcançar seu pleno potencial (Pinheiro, 2020).

É crucial que, apesar dos desafios enfrentados, como a falta de estrutura, materiais e recursos para capacitar os professores, assim como a superlotação das salas de aula, tanto os professores quanto a sociedade em geral continuem a pressionar as autoridades públicas a fim de promover a igualdade no acesso à educação. Efetivar a educação inclusiva é mais do que apenas uma questão de fornecer acesso físico às escolas; é garantir que pessoas com deficiência tenham a oportunidade de participar plenamente do processo de ensino e aprendizagem (Pinheiro, 2020).

A inclusão deve ser iniciada na escola, visto que a instituição de ensino é um espaço democrático, onde os diferentes sujeitos podem ser agentes multiplicadores das ideias, bem como levar tal prática para a comunidade interna e externa da escola. A Educação Inclusiva nesse aspecto, surge como um direito a diferença dos diferentes discentes, além de ser uma importante ferramenta para fazer da escola, um ambiente participativo (Silveira, 2020 p. 21).

Ao exigir medidas que promovam a inclusão e ao trabalhar para superar as barreiras existentes, é possível criar um ambiente educacional mais inclusivo e acolhedor para todos os alunos. Isso não apenas beneficia aqueles com deficiência, mas também enriquece a experiência educacional de todos os alunos, promovendo a compreensão, a aceitação e a diversidade. Portanto, é fundamental que tanto os professores quanto a sociedade continuem a advogar pela educação inclusiva, defendendo o direito de todos os alunos, independentemente de suas capacidades ou características individuais, a receber uma educação de qualidade em um ambiente que os apoie e os capacite a alcançar seu pleno potencial (Pinheiro, 2020).

O discurso aqui ressalta a necessidade de uma mudança paradigmática na educação, deixando para trás a ideia de homogeneidade e abraçando a singularidade de cada aluno. Em vez de buscar uniformidade, a educação deve se especializar no aluno, reconhecendo e promovendo suas diferenças individuais.

Kassar (1998) destaca que a pós-modernidade está moldando novas visões de humanidade, centradas na valorização da diferença e no compromisso social. A consciência de cidadania e a solidariedade humanitária são vistas como elementos-chave na transição de uma sociedade segregadora para uma sociedade inclusiva. No entanto, a simples integração não é suficiente; o

objetivo é a inclusão, que respeita e valoriza a diferença, aproveitando seu potencial criativo e produtivo.

Por outro lado, o discurso neoliberal tende a perpetuar a especialização excessiva e a lógica da eficiência, muitas vezes relegando a responsabilidade para o setor privado. As instituições devem se concentrar em criar programas e serviços que atendam às necessidades das pessoas com deficiência, em vez de forçá-las a se adaptarem a estruturas institucionais inflexíveis.

No entanto, a educação inclusiva ainda enfrenta objeções significativas, muitas das quais baseadas em preconceitos e visões antiquadas. Pais, professores e especialistas muitas vezes veem a inclusão como utópica, sem considerar suas vantagens práticas e ideológicas. Assim, o desafio reside em superar essas objeções e implementar uma educação inclusiva que reconheça e valorize a diversidade, permitindo que todos os alunos participem plenamente do processo educacional (Sassaki, 1997).

Na educação inclusiva, não se separa os alunos em "normais" e "especiais". Em vez disso, valoriza-se as diferenças, o que permite o desenvolvimento não apenas dos alunos com deficiência, mas de todos os estudantes, que podem se beneficiar da diversidade. A Educação Inclusiva requer uma abordagem abrangente para garantir acesso, permanência e sucesso para pessoas com deficiência. Isso implica implementar diversas ações para assegurar que os alunos com deficiência tenham acesso igualitário e se sintam acolhidos no ambiente escolar.

3.3- BREVE PERCURSO DO MOVIMENTO INCLUSIVO COM ÊNFASE EM BASES LEGAIS

Tendo em vista o entendimento de que o movimento inclusivo foi construído e aprimorado no decorrer do desenvolvimento da sociedade considerou-se relevante iniciar com uma breve retrospectiva acerca da história do movimento inclusivo. A reconstituição do cenário em que os ideais de inclusão surgem e se aprimoram, permite analisar tal processo em sua inserção histórica, favorecendo uma maior compreensão do estudo.

Neste sentido, Aranha, (2005, p.36), observa que, “para compreender o processo histórico, há que se conhecer os muitos caminhos já trilhados pelo homem ocidental em sua relação com a parcela da população constituída pelas pessoas com deficiência”.

Analisando a história da organização da sociedade humana, percebe-se que ela é marcada por um processo contínuo de criação e recriação de categorização das pessoas. Em se tratando da educação das pessoas com deficiência, especificamente, a revisão desta história permite identificar

as raízes das atitudes sociais de discriminação e preconceito, fazendo deparar com posturas segregacionistas desde os tempos mais remotos da civilização.

No decorrer da história a escola teve uma visão de educação que ao longo do tempo delimitou-se a escolarização como privilégio de uma camada da população. As políticas e práticas educacionais privilegiavam apenas a elite enquanto as classes menos favorecidas ficavam excluídas do processo, caracterizando o fracasso escolar.

As pessoas com algum tipo de deficiência eram tidas como doentes ou incapazes, sempre ficavam excluídas e levavam desvantagens, ocupando situação de caridade e de assistência social, enquanto isso os direitos sociais e o direito a educação eram esquecidos. Atualmente ainda se vê a discriminação dentro da própria família, ainda há resistências quanto ao diferente.

Os movimentos em favor de uma integração educacional dos alunos que apresentavam algum tipo de deficiência começaram a acontecer em vários países. O objetivo era de melhores condições educacionais para os alunos com alguma deficiência em escolas regulares. No Brasil esse movimento começou a fluir a partir da promulgação da LDBEN - Lei nº 4.024 de 20 de dezembro 1961 que fixou as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. O principal objetivo dessa integração era “criar condições de vida normais para os alunos portadores de deficiência, para que os mesmos fossem enquadrados no sistema geral de educação e desta forma inseridos na comunidade” (Brasil, 1961, p. 47).

No dia 04 de dezembro de 1962 foi sancionada a Lei n.º 4.169 que oficializa as convenções Braille para uso na escrita e leitura dos cegos e o Código de Contrações e Abreviaturas Braille, sendo designado o Instituto Benjamin Constant para fiscalizar cabendo à União suspender todos e quaisquer benefícios aos infratores da referida lei.

O INES – Instituto Nacional de Educação de Surdos, preocupado com os deficientes auditivos ou surdos, publicou uma portaria em 04 de abril de 1960 determinando que os professores que lecionavam anos iniciais para os surdos teriam que participar do Curso de Extensão de Metodologia da Linguagem. Foi instituído em 03 de abril de 1963 o Curso de Aperfeiçoamento para professores do Pré-Fundamental.

Com a intenção de despertar a sociedade para os problemas que os deficientes enfrentavam o Presidente aprovou o Decreto n.º 54188/64 que instituía de 21 a 28 de agosto dedicado à criança deficiente. Anos depois esse evento recebeu o nome de Semana Nacional da Pessoa Portadora de Deficiência.

Em 1973, o MEC – Ministério da Educação, cria o Centro Nacional de Educação Especial – CENESP, responsável pela gerência da educação especial no Brasil, que, direcionou ações educacionais voltadas às pessoas com deficiência e às pessoas com superdotação, mas ainda foi visto como campanhas assistenciais e iniciativas isoladas do Estado.

Nesse período, não se efetiva uma política pública de acesso universal à educação, permanecendo a concepção de “políticas especiais” para tratar da educação de alunos com deficiência. No que se refere aos alunos com superdotação, apesar do acesso ao ensino regular, não é organizado um atendimento especializado que considere as suas singularidades de aprendizagem de cada educando.

A LDBEN de 4.024 de 1961 foi alterada pela LDBE n.º 5.692/71 que definiu “tratamento especial” para os alunos com deficiência físicas, mentais, ou os que se encontram em atraso quanto à idade regular de matrícula e os superdotados. Acabou reforçando o encaminhamento dos alunos para as escolas e classes especiais.

De acordo com os padrões de normalidade daquele período, o aluno com deficiência era excluído do processo educativo ou às vezes era atendido separado dos outros alunos. Com isso a Lei não organiza o sistema de ensino atendendo as necessidades educacionais especiais do país.

O Presidente da República sanciona a Lei n.º 8.069 de 13 de julho de 1990 que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. No Art. 54º é dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente: “Atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”. Essa Lei visa incluir os sujeitos portadores de deficiência² nas salas de aulas de ensino regular, sendo responsabilidade do Estado e das organizações não-governamentais o atendimento prestado a essa parcela da população.

No âmbito dessa discussão, destaca-se, portanto, a Lei 9.394/96, sancionada pelo Presidente da República Fernando Henrique Cardoso no dia 20 de dezembro de 1996 designando um capítulo e três artigos com o objetivo de estabelecer as diretrizes e bases da educação nacional. A educação de acordo com essa lei abrange os processos formativos que se desenvolve na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

Ao falar do respeito à diversidade no mundo da inclusão não se pode deixar de citar na época do Brasil província do Rio de Janeiro que era a capital do Império em que o presidente

² Ao descrever aspectos históricos e legais, foram citadas diferentes terminologias sobre alunos com deficiência, ou seja, utilizou-se o termo conforme cada época e/ou período.

decidiu sobre o acesso as escolas públicas, aprovou a lei nº 1 de 14 de janeiro de 1837 que dizia o art. 3 da presente lei que “São proibidos de frequentar as escolas públicas: Primeiro: Todas as pessoas que padecem de moléstias contagiosas. Segundo: Os escravos e os pretos africanos, ainda que sejam livres ou libertos” (Fonseca, 2002, p. 12).

A estrutura do modelo tradicional de educação escolar, e a hierarquia produzem desigualdades, uma vez que as características de cada aluno sejam elas: intelectuais, físicas, culturais, sociais e linguísticas propiciam as diferenças. O termo Educação Inclusiva significa mudanças, a escola deverá juntamente com toda comunidade escolar ter e criar condições de atender e valorizar a diversidade dos alunos, em vez de tentar coloca-los como um problema, assegurar a igualdade de oportunidades.

Educação para Todos significa Educar na Diversidade, dando ênfase às Pessoas Com Deficiência. As instituições de ensino devem organizar os seus currículos, sendo responsáveis em contemplar no seu Projeto político Pedagógico o atendimento especializado aos alunos com deficiência.

Todos os alunos com deficiência, sejam quais forem as suas deficiências ou dificuldades, intelectuais, físicas, sociais, têm a mesma necessidade de serem respeitados, compreendidos, em suas diferentes maneiras de aprender, quanto ao tempo, possibilidades e interesses de aprofundar e ampliar os conhecimentos em qualquer nível escolar.

Para realmente termos inclusão precisamos de calçadas planas com rampas de acesso nas esquinas, escadas com corrimãos, rampas de acessos aos prédios, sinalizadores com sensores auditivos, implementação da educação bilíngue, em que Língua Portuguesa e Libras constituam línguas de instrução, investir no quadro de professores bilíngues e de instrutores de Libras no ensino fundamental, ensino médio, educação de jovens e adultos, educação profissional e educação superior. (Bragança e Parker, 2009, p. 38).

Embora tenha havido alguns avanços na área da inclusão, sabe-se que não basta incluir o aluno com deficiência nas salas de aulas regulares, é preciso dar condições para que este se desenvolva que tenha os seus direitos garantidos. Porém a escassez de materiais pedagógicos, livros adequados e em Braille, ausência de professores bilíngues, são fatores que potencializam a exclusão que ainda permeia nas escolas. A educação é o caminho para a superação do preconceito da sociedade, e enquanto os alunos com deficiência lutam por uma escola inclusiva, os trabalhadores com deficiência também lutam para ingressarem no mercado de trabalho e fazer cumprir a Lei de Cotas para pessoas com deficiência.

4. A ESCOLA COMO ESPAÇO PARA A CONSTRUÇÃO DE SABERES

A escola representa um espaço social onde a pluralidade cultural se faz presente e a construção de saberes ocorre a partir dessas trocas de saberes. Vários são os estudos acerca desse assunto em que o professor é considerado o mediador dessas relações e a sala de aula o local singular para a aprendizagem. Além do ambiente familiar, o espaço cotidiano da escola propicia aos indivíduos o estabelecimento de relações que se constroem diariamente.

No espaço cotidiano que os agentes sociais estabelecem suas relações e constroem seus significados, que por sua vez justificam suas ações. Este processo de relações e significados representa as condições iniciais de elaboração e reelaboração de saberes sobre si mesmos, sobre sua prática e sobre a realidade onde vivem. Daí tornar-se necessário conhecer os mecanismos pelos quais os sujeitos são motivados a se movimentar entre valores e realidade ou entre subjetivismo e objetivismo (Rodrigues, 2002, p. 78).

No contexto dessa discussão é possível considerar que o cotidiano escolar possui normas e limitações que buscam garantir a harmonia entre os sujeitos envolvidos nesse processo. Para tanto é indispensável buscar a compreensão das práticas pedagógicas que permeiam os espaços da escola, bem como as relações entre os profissionais que nela atuam.

É evidente que a escola é o reflexo do contexto em que se insere. Rodrigues (2002) contribui com essa afirmação, sinalizando que nas suas relações, embora os sujeitos partam de certas regras e posições sociais e institucionais, de tempo e espaço, previamente determinados, contrapõem-se a elas através de saberes, habilidades e valores, inseridos nas suas representações para a construção de novas relações que vão atender a expectativas pessoais, institucionais e sociais que antes de imprevisíveis são contraditórias, mas como mecanismo de defesa só deixa revelar-se os resultados que assegurem o funcionamento coletivo que os legitima como grupo e como instituição.

A escola caracteriza-se por se construir socialmente em função da necessidade de formação humana sem distinção. É inquestionável a necessidade de sua existência em meio à contemporaneidade repleta de problemas dos mais diversos, sejam eles, econômicos, sociais, ambientais, religiosos, políticos.

Rodrigues (2001) afirma que se não podemos nos libertar totalmente do seu poder, o conhecimento dele pode atenuar seus efeitos. Se cada sociedade considerada em determinado momento histórico do seu desenvolvimento, impõe um tipo de educação, é necessário que

conheçamos esta sociedade e seu momento histórico se queremos desnudar o seu sistema de educação. Especialmente quando é preciso reverter o processo em que se está mergulhado.

Desse modo, há que se considerar que a educação reflete o momento histórico. Daí a finalidade da ação educativa que é humanizar os indivíduos sem perder de vista os conhecimentos acumulados historicamente. Para tanto, cabe à escola identificar os elementos necessários para a organização de seu currículo que deve ser pensado a partir da realidade local.

Dentre as várias responsabilidades da escola, está a garantia de instrumentos necessários à aquisição de saberes sistematizados que aliados aos conhecimentos prévios dos alunos, são capazes de fortalecer a qualidade do ensino e possibilitar uma aprendizagem mais significativa.

Sobre o valor do ensino e a especificidade da educação, Saviani (2005) assevera:

[...] nós precisaríamos defender o aprimoramento exatamente do ensino destinado às camadas populares. Os conteúdos são fundamentais e, sem conteúdos relevantes, conteúdos significativos, a aprendizagem deixa de existir. Ela se transforma num arremedo, ela se transforma numa farsa. Ao vivenciar a era da informação e da comunicação numa sociedade complexa repleta de canais intermediados pela escrita, a informação se não for organizada, refletida e sistematizada não se constitui em conhecimento (Saviani, 2005, p. 65).

A reflexão do autor sinaliza para a compreensão de que a significação dos conteúdos, as informações bem selecionadas contribuem expressivamente para a formação dos sujeitos que pretendemos, ou seja, indivíduos capazes de conviver em sociedade e convictos de seus direitos e deveres.

Nessa perspectiva, segundo Arroyo (1986) deve-se pensar em uma escola que permita, a partir da apropriação crítica do saber, que todos possam selecionar o fundamental, o essencial e o necessário, tendo como ponto de partida as reais necessidades sociais da comunidade.

Não há como falar sobre a aprendizagem significativa e qualidade no ensino sem, contudo, fazer referência ao projeto educativo da escola que se constitui em um instrumento que caracteriza a autonomia da instituição que por sua vez é a responsável pelo processo de produção de conhecimento dos profissionais que nela estão envolvidos além das práticas pedagógicas adotadas.

No contexto dessa discussão há que se pensar no currículo que seja destinado à formação de indivíduos aptos a conviverem em sociedade. Portanto, não deve ser fragmentado e sim, que seja levada em conta a diversidade existente no espaço escolar além de romper os muros da instituição.

Saviani (2004) afirma que se o objetivo da educação escolar é a formação humana, então as necessidades humanas é que determinam os objetivos da educação e o currículo escolar deve estar

pautado nessas necessidades. Embora a educação básica tenha suas fragilidades, evidentemente que esta é condição necessária para o desenvolvimento crítico do indivíduo.

É importante enfatizar que no contexto da dimensão pedagógica da escola estão os conteúdos programáticos que representam o saber sistematizado e que deve caminhar em consonância com o desenvolvimento da consciência crítica do educando. Ainda de acordo com Demerval Saviani (2004), [...] *“a importância política da educação reside na sua função de socialização do conhecimento. É realizando-se na especificidade que lhe é própria que a educação cumpre sua função política”*.

A reflexão do autor nos remete compreender que a fragmentação das disciplinas e o repasse dos conteúdos de forma estanque não permitem que o educando assimile os conhecimentos de modo a compreender a realidade de maneira crítica. Assim, é imprescindível que o papel da escola seja fortalecido cada vez mais, ou seja, que o currículo seja significativo e as práticas pedagógicas em consonância com as reais necessidades dos estudantes.

A educação ocorre desde a infância e consiste em um processo de consciência social e política. Nesse caso, se as instituições de ensino assumir de fato o seu papel de formadora certamente os indivíduos terão consciência de sua importância enquanto membro de uma sociedade e será capaz de intervir de maneira crítica na realidade em que se insere.

6- OS LIMITES E POSSIBILIDADES DE IGUALDADE E O RESPEITO À DIVERSIDADE NO UNIVERSO DA INCLUSÃO.

O termo Educação Inclusiva significa mudanças, a escola deverá juntamente com toda comunidade escolar ter e criar condições de atender e valorizar a diversidade dos alunos, em vez de tentar colocá-los como um problema, assegurar a igualdade de oportunidades.

Educação para Todos significa Educar na Diversidade, dando ênfase às pessoas com deficiência. As instituições de ensino devem organizar os seus currículos, sendo responsáveis em contemplar no seu Projeto político Pedagógico o atendimento especializado a esse público.

Todos os alunos com deficiência sejam quais forem as suas deficiências ou dificuldades, intelectuais, físicas, sociais, têm a mesma necessidade de serem respeitados, compreendidos, em suas diferentes maneiras de aprender, quanto ao tempo, possibilidades e interesses de aprofundar e ampliar os conhecimentos em qualquer nível escolar.

Para realmente termos inclusão precisamos de calçadas planas com rampas de acesso nas esquinas, escadas com corrimãos, rampas de acessos aos prédios,

sinaleiras com sensores auditivos, implementação da educação bilíngue, em que Língua Portuguesa e Libras constituam línguas de instrução, investir no quadro de professores bilíngues e de instrutores de Libras no ensino fundamental, ensino médio, educação de jovens e adultos, educação profissional e educação superior. (Bragança e Parker, 2009, p. 46).

Apesar de já ter havido alguns avanços na área da inclusão, não basta incluir o aluno com deficiência nas salas de aulas regulares é preciso dar condições para que este se desenvolva e que tenha os seus direitos garantidos. Porém a escassez de materiais pedagógicos, livros adequados e em Braile, falta de professores bilíngues, são fatores que fazem com que a exclusão ainda permeia nas escolas.

A educação é o caminho para tirar o preconceito da sociedade, mas não existe nenhuma regra ou fórmula pronta. O indivíduo é visto como um ser pensante que age dentro dessa realidade, ele deve ficar atento quanto à aplicabilidade das leis. Enquanto isso, esses indivíduos lutam por uma escola inclusiva e também para ingressarem no campo de trabalho e fazer cumprir a Lei de Cotas para Pessoas com Deficiência. Sem essa Lei talvez nenhuma empresa oferecesse trabalho e ela nunca teria a oportunidade de mostrar o seu potencial produtivo.

Luciane Deina é surda desde um ano de idade atualmente está atuando como professora auxiliar tira as dúvidas dos alunos corrige o dever de casa e dá suporte para a professora regente quanto a realização das atividades e o planejamento das aulas. A professora relatou à Revista Nova Escola *“Acredito que minha presença na sala de aula mostra aos alunos que não podemos discriminar ninguém, que a pessoa com deficiência pode estudar, trabalhar, se divertir e aproveitar tudo que o mundo lhe oferece”*. (p, 100).

Esse depoimento da professora com deficiência auditiva é uma ponta de esperança para muitos pais de que seus filhos terão perspectivas de estudar, trabalhar e de um futuro promissor.

6. SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS

A sala de recurso multifuncional é o espaço da escola onde se realiza o atendimento educacional especializado, para alunos com deficiência por meio do desenvolvimento de estratégias de aprendizagem, centradas em um novo fazer pedagógico que favoreça a construção de conhecimento pelos alunos, subsidiando-os para que desenvolvam o currículo e participem da vida escolar. Portanto, é um espaço organizado com materiais didáticos, pedagógicos, equipamentos e profissionais com formação para o atendimento a esse público específico. No entanto é fundamental que o professor considere as diferentes áreas do conhecimento, e aspectos relacionados ao estágio

de desenvolvimento cognitivo dos alunos, o nível de escolaridade, os recursos específicos para sua aprendizagem e as atividades de complementação e suplementação curricular.

A Secretaria de Educação Especial/ MEC, numa ação compartilhada com estados e municípios, desenvolve o *Programa de Educação Inclusiva direito a diversidade* que tem entre seus objetivos de ampliar a aplicação de salas de Recursos Multifuncionais, para favorecer o processo de inclusão educacional na rede pública de ensino. A concepção de escola inclusiva se fundamenta no reconhecimento das diferenças humanas e na aprendizagem centrada nas potencialidades dos alunos ao invés das imposições de rituais pedagógicos pré-estabelecidos que acabem por legitimar as desigualdades sociais e negar as diversidades.

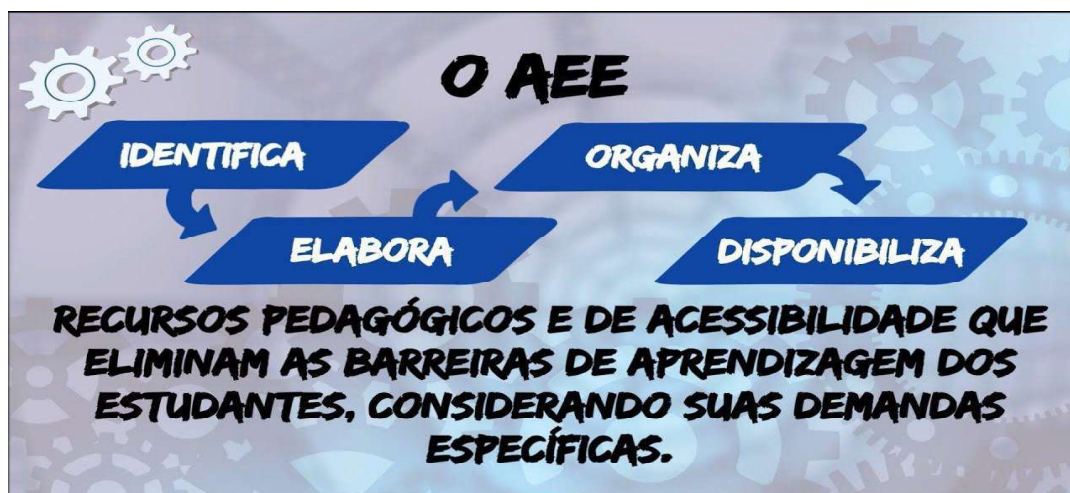
O documento Sala de Recursos Multifuncionais: Espaço para o Atendimento Educacional especializado se destina aos gestores e educadores dos sistemas educacionais e visa subsidiar técnica e pedagogicamente a organização dos serviços de Atendimento Educacional Especializado (AEE) que favoreça a inclusão dos alunos nas classes comuns do Ensino Regular.

As salas de Recursos Multifuncionais partem da concepção que a escolarização de todos os alunos com deficiência realiza-se em sala comuns do Ensino Regular, quando se reconhece que cada criança aprende e se desenvolve de maneira diferente e que o Atendimento Educacional Especializado complementar e suplementar a escolarização pode ser desenvolvida em outro espaço escolar.

A Educação Especial, como modalidade da educação escolar responsável pelo Atendimento Educacional Especializado, organiza-se a modo de considerar a aproximação do pressuposto teórico a prática da educação inclusiva, a fim de cumprir dispositivos legais, políticos e filosóficos. Os alunos com necessidades educacionais especializadas têm assegurados na Constituição Federal de 1988, o Direito a educação (escolarização), realizado em salas comuns e atendimento educacional especializado complementando a escolarização que deve ser realizado preferencialmente em salas de recursos na escola em que estão matriculados, em outras escolas ou em centros de atendimento especializados.

A Educação Especial, no contexto da nova Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, é definida como uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades de educação. A figura abaixo é representativa desta definição. Nas diretrizes desta política é possível visualizar o grande enfoque destinado ao atendimento educacional especializado (AEE) cabendo à educação especial realizá-lo, utilizar serviços e recursos

próprios desse atendimento e orientar alunos e professores quanto à utilização destes serviços e recursos em sala de aula (BRASIL, 2008).



Fonte: <https://br.freepik.com/fotos-vetores-gratis/atendimento-educacional-especializado>

O atendimento educacional especializado, no contexto da nova política, acaba por se configurar como espaço privilegiado da educação especial e de responsabilidade da mesma. Destaca-se o caráter complementar e suplementar deste atendimento (e não mais substitutivo), a natureza das atividades que se diferenciam das realizadas em sala de aula e a articulação deste atendimento com a proposta pedagógica do ensino comum.

O atendimento educacional especializado identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela (...). Ao longo de todo o processo de escolarização, esse atendimento deve estar articulado com a proposta pedagógica do ensino comum (Brasil, 2008, p. 16).

Além disso, é importante enfatizar a obrigatoriedade da oferta do AEE pelas redes de ensino, em turno inverso ao que o aluno frequenta a classe comum, preferencialmente na própria escola em que está matriculado ou em centros especializados que realizem o atendimento educacional. O atendimento educacional especializado se apresenta como uma política pública na implementação e organização dos serviços em educação especial. Neste sentido, tem caracterizado e delineado tanto os serviços como os sujeitos da educação especial que são atendidos neste espaço. A Secretaria de

Educação Especial do Ministério da Educação (SEESP/MEC) tem investido em formação de professores para a realização do atendimento educacional especializado.

A Sala de Recursos Multifuncionais com o Atendimento Educacional Especializado serve como suporte e apoio de conhecimento aos professores que trabalham com alunos com deficiência, orientando o atendimento em salas de recursos multifuncionais, com a finalidade de sanar as dificuldades de ensino aprendizagem das séries anteriores, fazendo a inclusão, igualando os direitos das crianças à diversidade, orientando com leis e deveres civis, para um funcionamento adequado e adaptado com sucesso no âmbito escolar.

Esse atendimento visa oferecer suporte aos professores em busca de alternativas para realizar um bom trabalho com os alunos, investigando e atendendo de maneira individual com o objetivo de melhorar o desempenho em sala de aula. No entanto é necessário identificar o potencial de cada caso com sua especificidade.

CAPÍTULO II

2 - CAMINHOS DA INVESTIGAÇÃO

A pesquisa utilizou, segundo a sua profundidade, uma abordagem descritiva, já que esta permite conhecer as causas das inquietações por parte de professores, em relação às práticas metodológicas utilizadas no aprendizado dos alunos em salas de aula inclusivas no Ensino Fundamental, bem como os desafios enfrentados por estes docentes, no que se refere à inclusão de estudantes com deficiência em classes comuns.

A análise e interpretação dos dados por intermédio de questionários em termos claros e precisos, busca evidentemente, o alcance qualitativo uma vez que a informação adquirida é por meio de questionário, com vista em objetivos pontuais.

Os dados contidos nesta pesquisa foram coletados em uma Instituição de ensino público estadual situada no município de Querência-MT. Utilizou-se como instrumento básico para a coleta de dados, a entrevista semi-estruturada que contou com a participação de oito professores que atuam na docência do Ensino Fundamental na referida Instituição.

Para que fosse concretizado o processo investigativo, inicialmente foi solicitada autorização à Direção da Instituição, a qual concedeu espaço para a coleta de dados. Estabeleceu-se como critérios para a escolha dessa escola, por se tratar de uma Instituição Pública. Foi exatamente nesse cenário escolar que este trabalho lançou o seu olhar investigativo, dialogando com os sujeitos da pesquisa, com o intuito de compreender, a partir de suas respostas, a problemática que envolve o trabalho pedagógico junto aos alunos com deficiência e investigar de que maneira a Instituição busca amenizar esse problema.

Definidos os sujeitos, foram encaminhados os questionários para que cada sujeito respondesse e devolvesse, com as questões devidamente respondidas. Os nomes dos pesquisados que fizeram parte da amostra dos alunos não foram revelados, apenas mencionados da seguinte maneira: Prof. 1, Prof. 2, Prof. 3, Prof. 4.... Prof. 5, Prof. 6, Prof. 7 e Prof. 8.

O instrumento caracterizado neste trabalho foi definido com o propósito de atender aos objetivos específicos propostos para a pesquisa realizada. A fonte de informação utilizada foi a técnica com questionário aberto, aplicado aos professores. Este trabalho toma como caminho investigativo a pesquisa qualitativa.

Através da pesquisa qualitativa, o pesquisador contempla os fenômenos que participam da formação da realidade objetiva, por isso utilizou-se a expressão investigação qualitativa como um termo genérico que agrupa diversas estratégias de investigação que partilham de determinadas características.

Os dados recolhidos são designados por qualitativos, o que significa ricos em pormenores descritivos relativamente a pessoas, locais e conversas e de complexo tratamento estatístico. As questões a investigar são formuladas com o objetivo de investigar os fenômenos em toda a sua complexidade e em contexto natural (Bogdan e Biklen, 1994, p.16).

Na abordagem qualitativa, o investigador tem contato direto com o universo pesquisado, o que lhe faculta uma leitura concreta e mais próxima dos fenômenos que se apresentam naturalmente, facilitando, nesse sentido, a coleta dos dados e conferindo ao objeto do conhecimento a liberdade de expressar o seu conceito dessa realidade investigada.

2.1- Delimitação da pesquisa

Para responder aos objetivos estabelecidos neste trabalho foram coletadas, por meio de entrevistas, informações sobre a Inclusão Escolar, com ênfase na formação continuada de professores. Inclui-se, também, a análise documental, a partir de estudo do PPP e regimento Interno da Instituição campo dessa pesquisa.

As entrevistas com os professores foram realizadas, utilizando-se como instrumento, um questionário composto por dezenove questões abertas e fechadas, envolvendo questões diversas, tais como: formação acadêmica dos entrevistados, formação continuada, bases legais inerentes à educação inclusiva, práticas pedagógicas, dentre outras. A análise documental, constou de consultas à proposta pedagógica da Instituição, realizada in loco, com data previamente marcada junto à equipe gestora.

2.2- População e Sujeitos de Estudo

O público alvo da pesquisa constou de 08 (oito) participantes, ou seja, professores que atuam efetivamente no Ensino Fundamental da Escola campo da pesquisa. A escolha pelo referido público se deu, em virtude do contato direto desses docentes, com a realizada da sala de aula, onde estão inseridos alunos com desenvolvimento atípico, os quais representam o foco dessa pesquisa.

2.3- Instrumentos e Técnicas de Investigação

Qualquer classificação de pesquisa deve seguir algum critério. Para Gil (2008, p. 67) “*a classificação da investigação, se apresenta em dois aspectos: quanto aos objetivos e quanto aos procedimentos técnicos*”. Quanto aos objetivos, trata-se de uma pesquisa descritiva, explicativa e exploratória.

Para a realização da pesquisa foram utilizados os seguintes instrumentos de pesquisa:

- a. Análise documental: PPP- Projeto Político Pedagógico da Escola Campo da Pesquisa, versão 2022.
- b. Trabalho de Campo: Aplicação de Questionários e Entrevistas semiestruturadas.

Ao finalizar esse processo, será iniciada, então, a fase de análise e comparação dos dados coletados, que de acordo com como afirma Gil (2010, p. 113): O processo de análise dos dados envolve diversos procedimentos: codificação das respostas, tabulação de dados [...]. Após, ou juntamente com a análise, pode ocorrer também a interpretação dos dados, que consiste, fundamentalmente, em estabelecer a ligação entre os resultados obtidos com outros já conhecidos, quer sejam derivados de teorias, quer sejam de estudos realizados anteriormente.

2.4- Tratamento dos Dados

O processo de análise dos dados envolve diversos procedimentos: codificação das respostas, tabulação de dados. Juntamente com a análise, realizou-se também a interpretação dos dados, que consiste, fundamentalmente, em estabelecer a ligação entre os resultados obtidos com outros já conhecidos, quer sejam derivados de teorias, quer sejam de estudos realizados anteriormente.

Para a coleta de dados foram utilizados dados primários e secundários. A pesquisa em fontes primárias baseia-se em documentos originais, que não foram utilizados em nenhum estudo ou pesquisa, ou seja, foram coletados pela primeira vez pelo pesquisador para a solução do problema, podendo ser coletados mediante entrevistas, questionários e observação (Andrade, 1993). Os dados secundários são aqueles que se encontram à disposição do pesquisador em boletins, livros, revistas, dentre outros, e no caso específico dessa pesquisa, o PPP- Projeto Político Pedagógico da Escola campo da pesquisa.

Assim, buscando analisar e interpretar o significado das respostas obtidas pelos docentes e alunos, os dados coletados na pesquisa, foram expressos por meio de discussões, de maneira a expressar as concepções dos sujeitos em relação ao tema proposto na pesquisa. Vale ressaltar que as análises dos resultados serão pautadas em bases teóricas, que sustentarão as discussões ao longo do trabalho.

2.5. Cronograma de Execução

ATIVIDADES	2021					
	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Levantamento bibliográfico	X	X	X			

Fonte: Quadro elaborado pelo autor a partir da definição do Cronograma da Pesquisa

ATIVIDADES	2022								
	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Coleta e tratamento dos dados		X			X	X	X	X	X
Apresentação do Trabalho Final									

Fonte: Quadro elaborado pelo autor a partir da definição do Cronograma da Pesquisa

DEFESA	2023								
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AG	SET

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir da definição do Cronograma da Pesquisa

CAPÍTULO III

3- APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS

As discussões que seguem são referentes à coleta de dados realizada por meio de análise documental, bem como entrevistas junto aos professores que atuam no Ensino Fundamental de uma Instituição da rede pública municipal de Ensino. Assim, serão apresentados, inicialmente, a caracterização da referida Instituição, com ênfase em seus diversos aspectos físico, pedagógico e administrativo. Na sequência, serão apresentados os dados coletados junto aos professores.

3.1- A Escola Campo da pesquisa

Os dados que seguem, foram compilados do PPP- Projeto Político Pedagógico da Escola pesquisada, a qual possui um espaço físico amplo, criada no modelo atrativo com 01 piscina em boas condições de uso, um vestiário masculino e um vestiário feminino, uma quadra poliesportiva que além do uso interno também recebe competições oficiais de várias modalidades. Possui, hoje, 13 salas de aula climatizadas.

Possui 05 banheiros masculinos e 05 banheiros femininos para uso dos alunos sendo que 04 são adaptados para alunos com deficiência. Conta com uma cozinha e amplo refeitório, uma cantina, uma sala de depósito e um banheiro para servidores. A escola conta ainda com a estrutura completa da rádio apta para funcionar (apenas aguardando a aprovação do projeto), tem ainda um laboratório de Ciências, que necessita de um técnico para auxiliar os professores e alunos, uma sala de recursos multifuncionais, uma biblioteca integradora que necessita de um técnico para auxiliar os professores e alunos.

Conta ainda com 01 sala destinada para secretaria ampla e climatizada, uma sala de professores climatizada e com 01 banheiro para uso dos profissionais da educação, uma sala de coordenação, uma sala de direção, além de um pomar e um espaço destinado para a horta que está em processo de plantio.

3.2- Contextualização histórica e econômica da unidade escolar

A Escola é mantida pelo Governo do Estado de Mato Grosso, por meio da Secretaria de Estado de Educação, sob a jurisdição da Assessoria Pedagógica de Querência - MT. Iniciou suas atividades no mês de agosto do ano de 1994, como extensão de uma outra Escola Municipal. Funcionou em comodato, atendendo a 161 alunos, até dezembro de 2005. E, somente, em 2006, ganhou prédio próprio. Apesar de ter iniciado o atendimento das aulas antes da conclusão da construção do refeitório e do muro, as instalações eram modernas, com espaços amplos e adequados para práticas esportivas variadas, contendo quadra poliesportiva e piscina, além de laboratórios de informática e ciências e uma biblioteca e também muito mais conforto para os funcionários com sala de Direção, coordenação e professores.

Atualmente a escola está organizada e dimensionada para atender a comunidade com a Educação Básica na modalidade de Escola Ciclada, atuando com a 1ª, 2ª e 3ª fase do 3º ciclo do Ensino Fundamental no período diurno; os 3 (três) anos do Ensino Médio Regular e o Ensino Fundamental e Ensino Médio, na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (no período diurno e noturno), em conformidade com a LDB n.9394/96 e a Lei Complementar n.49, de 1º de outubro de 1998, que dispõe sobre a instituição do Sistema de Ensino de Mato Grosso, no que se refere ao capítulo da modalidade de Educação Básica.

3.3. Contexto social e perfil socioeconômico da comunidade escolar

A Escola está localizada em um bairro classe média-baixa e recebe alunos oriundos de bairros de toda a cidade, assim como de chácaras, fazendas, aldeias e assentamentos próximos ao município em diversas situações sociais. Os indígenas atendidos são de diferentes etnias: Kalapalo, Suiá e Kuikuru. As dificuldades que os alunos enfrentam para frequentarem a escola são muitas. Caracterizados pela Instituição, via questionário socioeconômico, a Gestão Escolar constatou que os alunos são provenientes, na maioria dos casos, de famílias de baixa renda, assim, muitos têm necessidade de trabalhar para ajudar a complementar a renda familiar.

Muitas famílias atribuem a seus filhos os afazeres domésticos e/ou os inserem no mercado de trabalho informal, contribuindo para a desvalorização da escolarização. Há também muitos problemas familiares (pais separados, alunos criados por avós, irmãos e tios...) o que gera um índice de acompanhamento do rendimento escolar extremamente baixo, carência afetiva elevada e alto

índice de indisciplina. A coleta de dados realizada pela Gestão, revelou que 30% dos alunos residem com a família (pai e mãe), 40% moram somente com as mães e 30% com avós, irmãos, tios. Deste total pesquisado 70% das famílias que compõem a comunidade escolar são de pais separados. Com isso, é possível evidenciar que a falta de acompanhamento e apoio familiar prejudicam a autoestima do aluno e conseqüentemente o seu desempenho na aprendizagem.

Outro ponto observado é que a renda do município é fomentada principalmente pela agricultura o que gera grande rotatividade nos períodos de safra e entressafra, fato este que motiva muitas famílias a passarem pelo processo de migração o que contribui para o aumento das dificuldades da continuidade do processo de ensino e alta movimentação do fluxo escolar com muitas transferências no decorrer do ano letivo.

Tudo isso acaba por contribuir com índices de evasão e reprovação, principalmente, no primeiro ano do Ensino Médio. A maioria dos responsáveis pelos alunos trabalha no comércio e empresas públicas da cidade e um pequeno percentual na zona rural. Também é grande a parcela dos responsáveis que recebem ajuda social do Governo Federal para compor sua renda familiar, considerada baixa.

3.4 - Sistema de organização da Unidade Escolar

A escola possui uma boa relação com a comunidade em que está inserida, uma vez que esta apoia as ações e projetos desenvolvidos pela escola. Todo o espaço físico da escola é disponibilizado para uso da comunidade, seja para fins pedagógicos ou de lazer, a exemplo, o empréstimo da quadra poliesportiva e da piscina para o desenvolvimento de projetos sociais, assim como a cedência das salas de aula para a realização de cursos ou palestras.

O acolhimento às famílias e/ou responsáveis acontece na escola já no momento das novas matrículas, pois quando os funcionários da secretaria recebem os pais, além do preenchimento e entrega dos documentos necessários, estes são orientados sobre algumas informações do cotidiano, como por exemplo: horário de funcionamento, uso do uniforme ou atendimento da coordenação para questões referentes a vida escolar do discente, entre outras.

A Escola promove reuniões, eventos comemorativos, entrega de boletim. Durante o ano letivo qualquer dúvida ou reclamação que os pais e/ou responsáveis tiverem sobre a vida escolar do aluno pode ser resolvida a qualquer momento durante o horário de funcionamento da escola. Pais e/ou responsáveis são recepcionados primeiro pelos coordenadores, que possuem todas as

informações sobre os alunos, pois os professores registram em relatórios o desenvolvimento dos discentes referente a aprendizagem e a socialização com colegas e funcionários dentro do ambiente escolar. Além disso, caso seja necessário o atendimento poderá ser realizado também pelos professores e/ou pela direção.

Ademais, em todos os momentos que a equipe administrativa da escola e os professores julgarem indispensável os pais e/ou responsáveis são convidados ou convocados, por meio de ligação telefônica, mensagens via whatsapp ou via mídias sociais, a participarem da vida escolar do educando e tratar do rendimento escolar, intervenções pedagógicas e/ou disciplinar. Quando necessárias as intervenções, os responsáveis são recebidos pela coordenação pedagógica e/ou pela direção escolar.

3.5- Acolhimento e procedimentos de atendimento aos estudantes

No primeiro dia do ano letivo o acolhimento aos alunos é realizado pelos funcionários de maneira receptiva, respeitando a diversidade de gênero, etnia, necessidades de atendimento especializado, no intuito de incluir a todos que necessitam da escolarização e a priorizam como direito. Eles são direcionados às salas de aula, onde são acolhidos pelos professores, com o estudo do regimento escolar.

Além disso, normalmente, a gestão escolar coloca faixas ou cartazes de boas-vindas para toda comunidade e convida um membro da sociedade civil organizada para proferir uma aula inaugural. Os alunos que chegam no decorrer do ano letivo são acolhidos pelos técnicos da secretaria e encaminhados para a sala a qual o mesmo está devidamente matriculado. O educando que precisar de algum auxílio, em relação a sua aprendizagem e socialização, pode contar com a colaboração e a mediação dos professores e da equipe gestora para resolver tais questões, quando necessário os estudantes também são chamados a dialogar com os professores e/ou com a equipe gestora para sanar questões que dificultam a sua aprendizagem e ou convivência.

Cada turma possui um professor regente, com a incumbência de atuar com um diálogo mais próximo dos discentes, facilitando o acolhimento. Para tratar de assuntos coletivos, cada turma realiza a escolha de um líder de sala que pode participar dos conselhos de classe. Nesses espaços de atuação, os alunos têm a possibilidade de dialogar e votar nas decisões sobre o processo de ensino aprendizagem e questões administrativas desenvolvidas neste estabelecimento de ensino.

3.6- Entrada e saída dos estudantes

A escola possui três períodos de funcionamento: Matutino, vespertino e noturno. No momento da matrícula os estudantes e seus responsáveis são informados dos horários de entrada e saída da escola e da necessidade do uso obrigatório do uniforme (camiseta com identificação da escola e calça e/ou bermuda/saia até o joelho) para frequentar as dependências da instituição. Além disso, os técnicos da secretária e coordenadores fazem a recepção dos alunos e controlam a entrada e saída no horário das aulas.

O acesso dos estudantes a escola se dá por dois portões, sendo um com acesso direto ao bicicletário e outro pelo portão principal, de atendimento direto da secretaria. Os portões são abertos 15 minutos antes do sinal para o início das aulas. As salas são enumeradas e identificadas, o ano cursado em cada turno de atendimento, com etiquetas em português, em Libras e braile.

A Escola valoriza a produção local, sendo que 70% da merenda escolar são adquiridas através do pregão da SEDUC e 30% da agricultura familiar, conforme estabelece a portaria da SEDUC/MT. O cardápio é servido conforme as normas do orientativo do CAE/SEDUC, obedecendo às normas de higiene, bem como os valores nutricionais, bem elaborada e servida regularmente nos três períodos, atendendo todos os alunos. O cardápio anual é elaborado pelas nutricionistas da rede estadual de educação (SEDUC) e a escola deve selecionar vinte cardápios das várias opções ofertadas, dos que mais se adaptam a realidade local, pela direção escolar e equipe de nutrição. Os cardápios ficam expostos de maneira acessível para o conhecimento prévio de toda a comunidade e servidos igualmente para os três períodos de funcionamento da escola.

Os produtos alimentícios são adquiridos semanalmente e acondicionados de maneira apropriada e higiênica, privando sempre um rigoroso controle de qualidade desses produtos. As agentes de nutrição fazem uso das vestimentas adequadas, assim como de toucas e luvas descartáveis para a manipulação dos alimentos. A cozinha passa por limpeza diariamente e faxina quinzenal, onde são lavados todos os equipamentos e utensílios.

Os critérios para a realização do processo de matrícula, dos alunos da rede Estadual de Ensino do Estado de Mato Grosso envolve dois momentos: matrícula renovada e matrícula de novos alunos. O processo de rematrícula (aquela destinada aos alunos oriundos do processo de redimensionamento escolar) acontece ainda no ano anterior, sendo efetivada mediante a entrega da Ficha de Renovação de Matrícula, devidamente preenchida e assinada pelo aluno, se for maior de idade, ou por um responsável, se for menor de idade, esta deverá ser devolvida à secretaria da

escola que lançará os dados no sistema SigEduca/GED/SigEscola, bem como fará a atualização do cadastro escolar do aluno.

Após o período de renovação de matrícula, são disponibilizadas as vagas para a inserção de novas matrículas (para alunos transferidos de qualquer rede de ensino, bem como para os que apresentam situação de desistência e/ou abandono escolar no SigEduca/GED), podendo ser realizadas por meio de “Matrícula via Web” seguindo portaria específica, e matrículas presenciais no horário de atendimento da unidade escolar. Os alunos participantes do processo da matrícula deverão ter as seguintes idades para ingresso:

Ensino Fundamental: 3º Ciclo – 7º ano – 12 anos de idade; 8º ano – 13 anos de idade e 9º ano - 14 anos de idade;

Ensino médio: 15 anos de idade;

EJA Fundamental: 1º e 2º Segmentos – 15 anos completos no ato da matrícula;

EJA Médio: 18 anos completos no ato da matrícula.

3. 7 Organização da Hora-Atividade

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Nº 9394/96, em seu artigo 13, os docentes devem incumbir-se de ministrar os dias letivos e/ou horas-aulas estabelecidos na legislação vigente, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional e, sobre a hora-atividade, o artigo 67 diz que: *“Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes período reservado aos estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho”*.

Considera-se a jornada de trabalho do professor atribuído com 30 (trinta) horas semanais sendo que 20 (vinte) horas são destinadas ao processo didático pedagógico e 10 (dez) horas-atividades definidas pelo Artigo 38 §1º LC nº 050/98. Sendo que a cada 2 (duas) horas/aulas atribuídas deve-se cumprir 1 (uma) hora-atividade. Dentro da hora-atividade, proporcional a carga horária atribuída, está o cumprimento de 3 (três) horas de formação contínua, 5 (cinco) horas de planejamento e intervenções paralelas e 2 (duas) horas de lançamentos de diário eletrônico.

3. 8 Organização da Formação Continuada

A LDB 9.394/96, no título VI, trata os profissionais da educação considerando sob essas categorias não só os professores que são os responsáveis pela gestão em sala de aula, mas também todos aqueles que apoiam o processo de ensino, como: diretores, coordenadores educacionais, TAEs e AAE.

Diante disso, a Escola Estadual 19 de Dezembro tem uma grande preocupação com a formação continuada de todos os profissionais envolvidos no processo educacional, pois se sabe que as mudanças de concepções e métodos educacionais são constantes, e é absolutamente inquestionável o fato de que os profissionais precisam estar constantemente se atualizando.

A consciência do mundo e a consciência de si como ser inacabado necessariamente inscrevem o ser consciente de sua inconclusão num permanente movimento de busca (...). É na inconclusão do ser, que se sabe como tal, que se funda a educação como processo permanente. (Freire, 1996, p. 45).

A Formação Continuada integra-se no dia-a-dia da escola. Com reuniões dos professores, direção, equipe pedagógica, realizando estudos, partilhando dúvidas, questões e saberes num processo coletivo de reflexão sobre os problemas e as dificuldades do dia-a-dia.

Essa troca de experiências está organizada conforme orientativo do Projeto Sala de Educador, os professores e profissionais da área se reúnem todas as quartas-feiras, sendo dividida em duas turmas e em dois períodos. Uma turma no vespertino das 14h às 17h e outra no noturno das 18h às 21h, os coordenadores são responsáveis por planejar e acompanhar o desenvolvimento do projeto. As temáticas são escolhidas em conjunto pelos profissionais e vão de encontro aos anseios e necessidades formativas da unidade escolar.

No ano letivo de 2022, a Escola campo desta pesquisa registrou o seguinte fluxo: Recebeu 969 matrículas antes do fechamento do Senso e 46 após o fechamento. Teve um total de 1.274 alunos matriculados, 308 transferências de escola realizadas no decorrer do ano letivo, finalizando este com 966 matrícula ativas. Atendendo aproximadamente 334 do Ensino fundamental regular em 5 (cinco) turmas de 7º ano e 9 (nove) turmas de 9º ano todas no diurno, no Ensino Médio Regular foram atendidos 632 alunos, divididos em 6 (seis) turmas de 1º ano no diurno e 1 (uma) no noturno, 4 (quatro) turmas de 2º ano diurno e 1 (uma) no noturno e 3 (três) turmas de 3º ano no diurno e 1 (uma) no noturno, além das turmas de EJA fundamental e médio no período noturno.

Desses totais, 648 foram aprovados, sendo que 97 eram concluintes, tivemos um número de 137 alunos retidos por falta, 50 alunos reprovados e nenhum aluno desistente, nenhum registro de

distorção de Idade/Ano, um aluno falecido e duas matrículas extraordinária. A nota do IDEB 2017 para o ensino fundamental é de 4,4 sendo que a meta era de 5,6. O ensino médio não foi avaliado, pois o número de participantes no SAEB era insuficiente para que os resultados fossem divulgados.

3.9 Análise do relacionamento interpessoal e atendimento a diversidade

De acordo com informações contidas no PPP- Projeto Político Pedagógico da Escola, são desenvolvidas a construção coletiva das regras e normas que buscam auxiliar a relação entre toda a comunidade escolar, os resultados apontam que os alunos gostam de frequentar a escola, que os pais são atendidos com educação e respeito. Ressalta-se que também são atendidos os alunos com deficiência, transtornos globais, do desenvolvimento de altas habilidades/superdotação, assim como diversas etnias indígenas, e que são respeitadas e amparadas em suas necessidades. Na escola, todos são tratados com respeito e busca-se manter laços de amizade, não importando se são negros, brancos, indígenas, pessoas com deficiência, ricos ou pobres, homens ou mulheres, homossexuais ou não. Existe também o respeito às leis instituídas em todos os níveis (Eca), e estas são trabalhadas com os alunos em sala de aula.

As regras de convivência da escola são claras, conhecidas e respeitadas por toda a comunidade escolar. A elaboração e inserção destas, no regimento interno da escola, conta com a colaboração e a participação de pais, alunos e profissionais da escola, respeitando o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Sempre no início do ano letivo é realizada uma reunião com pais e/ou responsáveis onde é exposto a eles as regras e normas que vigoram, a fim de que tomem conhecimento dessas normas e as façam cumprir. Os alunos, de maneira geral, são informados sobre essas normas e acordos por meio da leitura, realizada em cada uma das salas de aula, da ata de registro que é produzida e assinada durante a reunião de definição dessas.

Por meio de assembleia, com todos os segmentos, para a construção do regimento interno foi estabelecido que em sala de aula seja trabalhado o respeito mútuo com as diferenças de: raça, credo, etnia e opção sexual, para que os direitos de ir e vir sejam respeitados. Porém ainda há resistência por parte de alguns alunos em aceitar essas diferenças.

3.10 Análise da proposta pedagógica, do planejamento escolar e dos recursos de ensino-aprendizagem utilizados

Os professores realizam no início do ano letivo, por disciplinas, o planejamento anual tendo como ponto de partida um diagnóstico realizado sobre o aprendizado dos alunos no ano anterior. A escola interage e desenvolve projetos com os mais diversos setores como Unidades Básicas de Saúde, biblioteca municipal, Polícia Civil e Militar, conselho tutelar e Fórum. Os professores e alunos utilizam para uma melhoria do aprendizado os mais variados recursos pedagógicos: internet, jornais, revistas, livros, obras de artes, filmes dentre outros em sala de aula, pesquisas, aulas de campo, etc.

Os alunos são incentivados para o trabalho em grupo onde utilizam-se de exposições das suas criações como, por exemplo, desenhos, poesias, invenções. São instigados aos mais diversos assuntos e orientados a pesquisar e desenvolver suas idéias das mais variadas formas. A escola tem um jornal escolar que é orientado por 02 (dois) professores. As notícias e pesquisas são realizadas pelos alunos participantes, a matriz do jornal é montada e acompanhada pelos professores responsáveis pelo projeto, além de ter a estrutura da rádio pronta para uso (apenas aguardando a aprovação do projeto e contratação de um profissional para coordenar o projeto). Além disso, desenvolvemos palestras em parceria com os mais variados setores, a fim de que nossos alunos interajam coletivamente e entendam as semelhanças entre as normas escolares e a organização trabalhista.

A escola atende alunos com deficiência, os quais recebem apoio individualizado de acordo com suas necessidades. A escola propicia meios para que todos os alunos recebam a mesma atenção em todas as atividades propostas, fazendo com que o desafio da inclusão seja uma barreira a ser superada todos os dias. A Instituição possui também uma sala de recurso multifuncional com professora capacitada para o atendimento a estes estudantes. Conta ainda com uma auxiliar de turma para atender a esses alunos. Há também, uma parceria com a APAE e a Secretaria de Saúde Municipal, para realizar possíveis novos diagnósticos de alunos com necessidades educacionais especiais e ajudar a buscar laudos e exames para possíveis medicações e ou intervenções necessárias.

O monitoramento do diário eletrônico é feito quinzenalmente pela coordenação pedagógica, a fim de averiguar se os registros condizem com o trabalho feito em seu caderno de campo e se estão sendo inseridos nas datas previstas. Porém o preenchimento do diário eletrônico é constantemente cobrado devido aos alunos transferidos no decorrer do bimestre, pois para realizar

esta transferência é necessário o lançamento de nota parcial. A avaliação é realizada de forma contínua, sendo observados critérios quantitativos e qualitativos. Os professores fazem avaliações diagnósticas, formativas e somativas ou global, utilizando variadas metodologias, tais como, orais e escritas sobre pontos importantes da matéria, trabalhos, provas e seminários, oportunizando aos alunos a participação nas discussões quanto ao seu desempenho e fazendo também diversas atividades de recuperação paralela no decorrer do bimestre.

A escola realiza constantes análises dos indicadores em reuniões que ocorrem no decorrer do ano letivo, se valendo de diferentes instrumentos avaliativos, internos e externos, conforme a especificidade da disciplina em consonância com o Plano de Ensino. A utilização desses indicadores tem sido um importante instrumento, pois auxiliam no acompanhamento de determinada atividade, além de verificar se objetivos estão sendo alcançados ou se há necessidade de intervenção, averiguando quais alunos necessitam de ajuda ou atendimento pedagógico específico.

Mediante os resultados é que se pode realizar uma reflexão sobre a ação pedagógica, eles contribuem para que a escola possa reorganizar conteúdos/instrumentos/métodos de ensino, como mediadora, possa buscar alcançar a transformação necessária na escola, a função social e educadora da instituição do ensino, garantindo a qualidade da aprendizagem.

A avaliação dos profissionais da unidade escolar é realizada anualmente. O resultado final da Avaliação de Desempenho apresenta quais são as dificuldades apresentadas por cada setor, essas informações são necessárias para a identificação de oportunidades de melhoria e a elaboração de planos de ação em relação a vários níveis da organização, por área e ou individual. A avaliação de desempenho conota com um aspecto positivo que é o de que todo indivíduo deve ter conhecimento dos resultados do seu desempenho em relação ao seu cargo, por isso a socialização dos resultados é realizada primeiramente de modo individual e posteriormente de maneira coletiva a fim de melhorar o desempenho do indivíduo e também da equipe como um todo, assim como poder traçar objetivos e metas de aprimoramento da oferta de ensino.

O objetivo é apoiar o contínuo crescimento e o desenvolvimento de cada colaborador pelo monitoramento e pela análise e aplicação de informações pertinentes, elaborados no âmbito de um sistema de retorno (“feedback”) significativo.

3.11 Análise da democratização das informações

A escola busca manter um diálogo com todos os setores sobre as informações recebidas e que devam ser repassadas aos servidores, tendo como meio de difusão das informações o mural na sala dos profissionais da educação ou por meio de mensagens via e-mail, WhatsApp e/ou impressa, bem como comunicação oral para melhor divulgação das informações entre membros da comunidade escolar nos segmentos professores, servidores, alunos, pais e/ou responsáveis.

A agitação da vida cotidiana atual faz com que cada vez mais a escola seja deixada em segundo plano, por isso poucos pais e/ou responsáveis são assíduos na participação do desempenho da vida escolar do aluno representado. Os alunos por sua vez, são assíduos e participativos nos eventos promovidos pela escola, principalmente os que têm como finalidade a busca de melhorias para eles. Os profissionais da educação também têm participação ativa em prol da comunidade e desempenham papel fundamental no sentido agregar e incentivar todos os setores da comunidade, sempre fazendo a organização das atividades.

A escola se inteira de todos os eventos organizados pelos órgãos oficiais que representam a SEDUC e o Governo do Estado de Mato Grosso e seus parceiros, além de sempre buscar em outros órgãos públicos e privados um bom relacionamento e novas parceiras. A escola vem trabalhando a resolução de conflitos no ambiente escolar com diálogo franco, buscando sempre manter os responsáveis pelos alunos cientes e informados da situação para que possam participar da busca por soluções para tal.

A Formação Continuada precisa ser adequada aos anseios e necessidades dos professores e servidores da unidade em questão. Sendo assim, a formação conta com temas indicados e trabalhados conforme a necessidade dos profissionais da escola. Tai temas são enviados em forma de projeto ao o CEFAPRO - Centros de Formação e Atualização do Professor de Barra do Garças-MT que realiza a avaliação e a aprovação do mesmo. Devido aos últimos cortes de verbas realizados pelo Governo de Estado, no último ano, as visitas dos formadores do CEFAPRO a nossa unidade escolar ficaram comprometidas sendo necessário utilizar os meios de comunicação, como telefone e e-mail, para o auxílio na aplicação da formação continuada.

3.12 Análise dos recursos físicos, materiais e pedagógicos levando em consideração a suficiência, a qualidade e o aproveitamento

Os materiais pedagógicos são adquiridos com recursos do PDE- Programa Dinheiro Direto na Escola, do Governo Federal em quantidade insuficiente, porém os que chegam a escola são bem aproveitados para o trabalho pedagógico. A escola tem um espaço físico amplo necessitando de um número elevado de servidores para sua manutenção e bom funcionamento, pois além do espaço construído há uma quadra de areia e um pátio com um pomar algumas árvores frutíferas e um espaço destinado para a horta que está em processo de plantio e constante cuidado.

Alguns princípios norteiam a escola democrática, pública e gratuita, tais como: igualdade de condições para acesso e permanência na escola, qualidade de ensino a todos, enfatizando os instrumentos, métodos e as técnicas, voltado para fins, valores e conteúdos. Sabe-se que cada aluno é um ser único, tanto de natureza socioeconômica, cultural e de cor, porém todos têm capacidade de aprender, e o direito de ter um ensino de qualidade, buscando extinguir a exclusão social, a reprovação e as discriminações.

Para tanto, a partir de uma visão de educação pautada numa concepção sócio interacionista, dialética e libertária, a Escola campo da pesquisa prima por uma educação integral, uma formação emancipada do aluno que contribua para a aprendizagem de caráter geral, a fim de que este enquanto sujeito histórico e social desenvolva ações comprometidas com a cidadania e o conhecimento elaborado. Pois compreende que a educação é uma construção coletiva permanente, baseada nos princípios do convívio harmônico, da solidariedade, justiça, respeito, valorização da vida na diversidade e na busca do conhecimento.

Nessa perspectiva, visamos a formação de pessoas aptas a assimilar mudanças, sendo cidadãos participativos no mundo da informação, com mais autonomia em suas escolhas e mais solidariedade, acolhendo e respeitando as diferenças com o próximo e suas limitações, numa tentativa de superar a segmentação social. Desta forma fazendo o aluno sentir-se agente transformador de um país, o qual anseia por sua participação ativa e consciente, capaz de desenvolver a compreensão crítica dos conteúdos socializados nos diferentes níveis de ensino, sendo estes articulados com o contexto social e político vigente.

Portanto a escola utiliza-se de uma metodologia cooperativa, participativa e dialógica, que contribui para a conscientização e construção da autonomia moral e intelectual de todos os envolvidos no processo educativo, buscando humanização e os propósitos de integrar os aspectos material/formal do ensino e, ao mesmo tempo, articulá-los com os movimentos concretos tendentes

à transformação da sociedade. A apreensão dos conteúdos deve acontecer de forma contextualizada, interdisciplinar e sem a fragmentação, o que consiste num dos caminhos para se alcançar os propósitos de ensino.

Portanto, todo e qualquer desenvolvimento cognitivo só será efetivo se for baseado em uma interação muito forte entre o sujeito e o objeto, por isso a atividade educacional é constituída não apenas de conteúdos, mas de formas ou estruturas que possibilitem o pensar. Todo conhecimento é uma construção, uma interação, contendo um aspecto de elaboração do novo. Para nós a educação tem por prioridade dentre outras, desenvolver a consciência crítica, promover o conhecimento interdisciplinar assegurando aos alunos o direito à educação de qualidade.

Nesse sentido, o objetivo está em formar o aluno com visão da totalidade humana, desenvolvendo ainda o compromisso com os valores estéticos, políticos e éticos nos quais se fundam a sociedade brasileira. Conseqüentemente entendemos que o desenvolvimento do conhecimento deve ser concebido como um processo em evolução, em que cada etapa desse processo possibilite a produção de novas transformações numa sucessão temporal, sem fim e sem começo absoluto. O aprendizado deve contribuir não só para o conhecimento técnico, mas também para uma cultura mais ampla, desenvolvendo meios para a interpretação de fatos naturais, para a compreensão de procedimentos e equipamentos do cotidiano social e profissional, articulando uma visão do mundo natural e social. Tendo assim, por objetivo, não formar uma classe de críticos, mas desenvolver seres humanos capazes de avaliar o mundo e a si mesmos, preparando os cidadãos para a vida e para o trabalho nos diferentes aspectos intelectuais, sociais e afetivos.

Considerando o diagnóstico da situação presente, a equipe escolar define os objetivos específicos coerentes com desafios apontados e eles refletem as prioridades da escola:

- Propiciar estratégias e alternativas na busca do interesse e participação dos alunos para a construção e produção do conhecimento;
- Sensibilizar e mobilizar os alunos para o cumprimento consciente das normas contidas no estatuto que rege a Instituição.
- Manter um ambiente democrático, cultivando sempre o diálogo como meio de entendimento;
- Buscar o comprometimento de alunos, pais e professores em relação ao processo ensino e aprendizagem através do aprimoramento da prática docente e realização de um trabalho responsável e compartilhado no processo educacional;

- Envolver a equipe pedagógica no assessoramento ao professor, na orientação aos alunos e pais;
- Melhorar a qualidade do aprendizado e dos indicadores externos e internos;
- Proporcionar o conhecimento da diversidade sociocultural brasileira e de outras nações ressaltando a necessidade e a importância do respeito às diferenças étnicas, culturais, religiosas, de classe social, de gênero e outras características individuais e sociais, levando os alunos a respeitar sua cultura e ambiente;
- Elevar a qualidade de resultados da escola;
- Diversificar os espaços de aprendizagens;
- Orientar as ações com base em pressupostos éticos entendendo que a sociedade vive uma crise de valores no que tange ao convívio social, à manutenção da paz, o respeito aos direitos humanos;
- Despertar, elevar e aprimorar a dedicação e compromisso do corpo docente;
- Elevar o interesse e desempenho acadêmico dos alunos;
- Preparar o aluno para que se torne capaz de fazer intervenções na sociedade no sentido de superar as desigualdades sociais.
- Atuar diretamente em problemas da comunidade, buscando trazer a comunidade também para colaborar nas dificuldades enfrentadas cotidianamente dentro da escola.
- Conscientizar pais e alunos da necessidade do acompanhamento das atividades extraclasse;
- Diminuir o índice geral de retenção e o índice de faltas escolares;
- Construir a identidade e a autonomia da escola.
- Criar condições para que os professores, alunos e funcionários, atuem de modo responsável e comprometido com a função social da escola. Construindo uma organicidade coletiva.
- Valorizar a inclusão como forma essencial de educação e de compensação histórica.
- Promover a integração com a comunidade escolar, a fim de favorecer a construção de atitudes de respeito, de tolerância, contra os preconceitos e a favor da liberdade, da solidariedade, da boa convivência e do cuidado.

A Escola está inserida em um contexto social complexo, onde é exigida atenção especial às causas que levam o estudante a ser indisciplinado, a desanimar, a não investir e a não confiar em si mesmo. Tem como meta a formação de um ser crítico e integrado, com habilidades individuais diversificadas e com profundo senso do coletivo. Formar o estudante com estas perspectivas é um desafio a ser conquistado, tendo em vista que o estudante não vive isolado do resto do mundo, é

influenciado pelo mundo que o cerca e do qual tira suas referências, por isso é importante mantê-lo sempre motivado, encorajado a enfrentar o universo das mudanças, das exigências, das concorrências e até mesmo das exclusões.

A escola encontra-se aberta à participação de todos os segmentos e, desta forma, intui promover canais privilegiados de comunicação de forma a garantir que todos possam se expressar e participar efetivamente do processo educacional.

Além disso, a Escola visa promover práticas pedagógicas inovadoras que despertem o interesse, o respeito e a compreensão, com o objetivo de combater a evasão escolar, bem como a retenção por falta e gerar a inclusão. A diversidade é uma característica inerente ao ser humano, seja ela de ordem física, cultural ou social. A Escola não pode perder o caráter de referência social do educando, cabe a toda a comunidade escolar estabelecer relações de proximidade para que o aluno se sinta inserido no grupo e aconteça a socialização desta diversidade onde se busca a harmonia.

A pedagogia inclusiva direciona-se a todos que de uma forma ou de outra sofrem com a expropriação de oportunidades educativas abordando não apenas os portadores de algum tipo de deficiência, mas também aqueles que se encontram as margens do sistema, não possuindo condições satisfatórias ao desenvolvimento cognitivo.

A Escola pretende alcançar esta meta através de um trabalho diferenciado, iniciando-se através do diagnóstico do corpo discente, reconhecendo as potencialidades e os limites. O planejamento será baseado neste trabalho partindo da realidade, suprindo as necessidades, com vistas à superação das condições preexistentes, pressupondo um trabalho cooperativo, democrático e dinâmico.

A avaliação deve ser inclusiva e estar presente no cotidiano escolar como elemento de reflexão, apontando tanto ao professor quanto ao aluno, as dificuldades encontradas e os sucessos obtidos. Isso requer muitas vezes, uma forma individualizada de análise com planos de intervenção específicos, principalmente nos casos de alunos com dificuldades de aprendizagem ou portadores de necessidades especiais.

É importante que seja garantida a verdadeira inclusão, isto é, que sejam atendidos os requisitos básicos para a implementação desta política educacional, partindo da conscientização e envolvimento da comunidade escolar na organização do trabalho interno como na luta por uma justa condição de trabalho promovida pela mantenedora.

Propiciar um ambiente agradável para a efetivação de um trabalho coletivo de sucesso, capaz de superar as dificuldades presente no atual cenário. Pois uma equipe bem motivada e

comprometida com seu trabalho gera resultados satisfatórios. Planejar e executar ações pedagógicas para melhorar a convivência democrática na escola.

Além de formar um cidadão melhor socialmente e intelectualmente, com capacidade para lidar com a incerteza, substituindo a rigidez pela flexibilidade, a fim de que saiba viver o presente, respeitando o passado e construindo o futuro; que participe como sujeito na construção de uma sociedade e uma história de responsabilidade, respeito e liberdade; que seja capaz de entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com autonomia e consciência crítica.

4- DIVERSIDADE CULTURAL E INCLUSÃO

No que se refere à Diversidade cultural e inclusão no âmbito do espaço escolar ora pesquisado, é importante compreender que o processo de inclusão não é só a efetivação do acesso à educação, é propiciar que o educando com necessidades educacionais especiais, possa vislumbrar condições reais de aprendizagem e que tenha a garantia de condições indispensáveis para que possam não apenas estar na escola, mas sim, aprender.

E nesse contexto, é necessário, principalmente o comprometimento da comunidade escolar. É importante que o currículo faça a previsão de aulas que incluam diferentes alternativas para abordar o assunto do dia a dia, de forma que os vários estilos e interesses de aprendizagem tenham vazão. O professor precisa enxergar no educando suas habilidades e potencialidades, estimulá-lo a perceber que suas capacidades podem ser desenvolvidas ao máximo.

No processo formativo educacional serão considerados os conceitos da Equidade, (além da Igualdade), conceitos da Alteridade (além da Não — discriminação), da Cultura de Paz e Ética (além da Legalidade), Fraternidade (além da Não — violência), Respeito a todas as formas de vida (além dos Direitos Humanos), Inclusão Social (além da Representatividade), Solidariedade (além da Caridade), Comprometimento (além da Colaboração), Da valorização do mérito de cada qual, e do desenvolvimento, de seus conhecimentos e valores.

Diante disso, compreende-se a inclusão educacional não apenas como a presença física, acessibilidade arquitetônica ou a matrícula, por isso necessitamos da implantação e implementação de uma rede de apoio com profissionais nas diversas áreas, o que ainda não é realidade em nossas escolas e tem dificultado o trabalho dos professores que não possuem formação específica para compreender e adotar atitudes inclusivas.

Acredita-se, portanto, que se faz necessário respeitar a dignidade do educando, sua autonomia e identidade através de uma prática educativa voltada às condições sociais, culturais e econômicas da comunidade escolar da qual fazemos parte. Inclui-se ainda, a importância de uma reflexão crítica permanente sobre a prática realizada, ou seja, uma auto avaliação do próprio fazer com os educandos, diminuindo assim a distância entre o que se diz e o que se faz. “A prática docente especificamente humana, é profundamente formadora, por isso, ética” (FREIRE, 1996, p. 67).

A Escola campo da pesquisa, além de atender alunos com necessidades educacionais especiais recebe também alunos de várias etnias indígenas e busca, com compromisso, a garantia dos direitos de aprendizagem por parte de todos eles. Contudo, a forma, o tempo e o entorno pelo qual se aprende, por parte dos sujeitos, são diferentes, e isso deve ser considerado. Não se trata de negligenciar o que deve ser ensinado em nome das dificuldades do sujeito, deve-se sim, modificar as formas de mediação para que ele de fato aprenda. Essa é a preocupação da escola, com o atendimento à diversidade social, econômica e cultural existentes, e garantir o fortalecimento do combate a discriminação e ao preconceito, valorizando o respeito às diferenças e diversidades de acordo com o que preconiza a BNCC- Base Nacional Comum Curricular.

A aprovação da Lei 10.639/03, que altera a Lei nº. 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, torna obrigatório o ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira na Educação Básica. A Lei 10.639/03 introduziu na LDBEM- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional a obrigatoriedade do ensino de história e cultura africana e afro-brasileira. Em março de 2008, entrou em vigor a Lei 11.465/08, que novamente alterou o Art. 26-A da LDBEN, acrescentando a obrigatoriedade do estudo de História e Cultura Indígena, juntamente com o estudo de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira.

Contudo há que se ressaltar que a Lei 10.639/03 continua em vigor, mesmo com o advento da Lei 11.645/08. Art. 26 da LDB, na redação dada pela Lei nº 12.796/2013, estipula que os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos.

O PARECER N.º CNE/CP 003/2004 - Este parecer visa a atender os propósitos expressos na Indicação CNE/CP 6/2002, bem como regulamentar a alteração trazida à Lei 9.394/96 de Diretrizes

e Bases da Educação Nacional, pela Lei 10.639/200, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira na Educação Básica.

Desta forma, busca cumprir o estabelecido na Constituição Federal nos seus Art. 5º, I, Art. 210, Art. 206, I, § 1º do Art. 242, Art. 215 e Art. 216, bem como nos Art. 26, 26 A e 79 B na Lei 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que asseguram o direito à igualdade de condições de vida e de cidadania, assim como garantem igual direito às histórias e culturas que compõem a nação brasileira, além do direito de acesso às diferentes fontes da cultura nacional a todos brasileiros.

Diante do exposto, pode-se afirmar que a Instituição pesquisada, ao trabalhar essas temáticas tem como princípio a valorização da pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro, bem como aspectos socioculturais de outros povos e nações, posicionando-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crenças, de sexo, de etnia ou de outras características individuais e sociais.

Sua tarefa enquanto escola é procurar atender a diversidade social, cultural e econômica na busca da inclusão para todos os indivíduos, e nosso maior desafio é criar uma proposta de ensino que valorize e reconheça práticas culturais destes indivíduos sem perder o conhecimento produzido por eles, pois sabemos que aprender e ensinar são processos inseparáveis. Isto acontece porque o ato de ensinar “é o ato de produzir direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens” (SAVIANI, 1995). Este processo se efetiva quando o indivíduo se apropria dos elementos culturais necessários a sua formação e a sua humanização, findando ou suavizando assim o (pré) conceito.

A Escola campo de pesquisa oferta o Ensino Fundamental Modalidade Regular, com duração de 9 anos, com matrícula obrigatória a partir dos seis anos de idade, é a etapa mais longa da Educação Básica e tem por objetivo a formação básica do cidadão, considerando as mudanças relacionadas a aspectos físicos, cognitivos, afetivos, sociais, emocionais, entre outros.

Conforme Lei 11.274/2006 que altera a redação do artigo 32 da LEI 9.394/96, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de Nove Anos (Resolução CNE/CBE nº 7/2010) dispendo sobre essas mudanças que impõem desafios à elaboração de currículos para essa etapa de escolarização, de modo a superar os vários tipos de rupturas que ocorrem durante esse processo de construção do conhecimento perpassando pelas diferentes fases do Ensino Fundamental.

Ao longo do Ensino Fundamental – anos finais, a escola tem como princípio a ser seguido a valorização e apropriação de conhecimentos, fortalecimento da autonomia e experiências que possibilitem a pluralidade de saberes e a diversidade cultural, a maturidade intelectual e afetiva e a multiplicidade de experiências cognitivas possibilitando ao exercício da cidadania.

O Ensino Médio é a etapa final da Educação Básica, com duração mínima de três anos, também faz parte da etapa de ensino ofertada pela Escola pesquisada. As DCNEM/2011 explicitam a necessidade de não caracterizar o público dessa etapa – constituído predominantemente por adolescentes e jovens – como um grupo homogêneo, nem conceber essa fase como um mero rito de passagem entre infância e maturidade. O Parecer CNE/CBE nº 5/2011 visa à adoção de uma visão ampliada e plural de juventude, suas múltiplas culturas juvenis e sua singularidade, assim como, o reconhecimento de sua participação ativa nas sociedades dinâmicas e diversas a qual fazem parte.

Ganha destaque a organização de uma escola capaz de acolher as diversidades e promover a ascensão do protagonismo estudantil visando um cidadão analítico-crítico, participativo, aberto ao novo, colaborativo, produtivo, responsável e preparado para definir seus projetos de vida tanto no campo profissional, pessoal e ético, conforme preconiza a BNCC:

Para formar esses jovens como sujeitos críticos, criativos, autônomos e responsáveis, cabe às escolas de Ensino Médio proporcionar experiências e processos que lhes garantam as aprendizagens necessárias para a leitura da realidade, o enfrentamento dos novos desafios da contemporaneidade (sociais, econômicos e ambientais) e a tomada de decisões éticas e fundamentadas. (Brasil, 2017, p. 463).

Na BNCC, o protagonismo e a autoria estimulados no Ensino Fundamental traduzem-se, no Ensino Médio, como suporte para a construção e viabilização do projeto de vida dos estudantes, eixo central em torno do qual a escola pode organizar suas práticas.

A Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade que tem como origem a necessidade de escolarização de pessoas excluídas do processo, seja, por desmotivados, não terem dado continuidade em seus estudos ou não terem tido o acesso ao Ensino Fundamental e/ou Médio na idade apropriada. A necessidade de mínima qualificação para o mercado de trabalho e da diminuição dos índices de analfabetismo formaram os indicadores do processo para que o Estado ofertasse tal modalidade de ensino.

A atual EJA traz consigo a concepção de inclusão social para aqueles que não tiveram oportunidades na idade própria. Sendo compreendida pela LDB 9.394/1996 como direito público subjetivo dos cidadãos e Modalidade da Educação Básica, cuja oferta gratuita é dever do poder

público, particularmente na etapa de ensino fundamental, baseada em uma concepção de educação continuada ao longo da vida, que cumpre simultaneamente as funções reparadora, equalizadora e qualificadora. Está disciplinada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9.394/96), em especial em seus artigos 37 e 38, e possui DCN própria para sua oferta, o que significa assumir que para esse público há modos próprios de fazer a educação, segundo as características dos sujeitos, suas trajetórias e histórias de vida e trabalho. Em suma em sua forma de ser e estar no mundo.

A Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CNE) aprovou o Parecer nº. 11/2000 que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, decorrendo de sua aprovação a Resolução nº 1/CNE/CEB/2000, que estabelece as referidas Diretrizes.

A Resolução nº 1 estabelece em seus artigos 3º e 4º que as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental e Médio, estabelecidas pelas resoluções nºs 2 e 3 respectivamente, aprovadas pelo CNE/CEB em 1998, se estendem para a modalidade Educação de Jovens e Adultos, configurando assim a base nacional do currículo também para essa modalidade, desde que adaptadas às características do alunado, nos termos preceituados pela LDBEN. Dessa forma, a EJA requer modelo pedagógico próprio, com adequação de carga horária e de desenho de atendimento, currículo contextualizado, emprego de metodologias de ensino adequadas e formação específica de educadores para atuarem na educação de jovens e adultos.

A modalidade EJA no Estado de Mato Grosso está regulamentada pela Resolução n.05/2011-CEE/MT, com a seguinte estrutura:

- a) Primeiro segmento = 1.600 (mil e seiscentas) horas – distribuídas em dois anos;
- b) Segundo segmento = 1.600 (mil e seiscentas) horas – distribuídas em dois anos;
- II. Ensino Médio = 1.200 (mil e duzentas) horas – distribuídas em um ano e meio.

A Escola pesquisada adere ao programa do órgão central e oferece essa modalidade presencial de ensino, com proposta pedagógica que visa a construção da cidadania e da autonomia moral e intelectual, tendo como princípios norteadores:

- ✓ Leitura da realidade: considera os sujeitos com suas histórias e vivências, respeitando os diferentes conhecimentos dos/as alunos/as, proporcionando experiências educativas que resgatem o prazer e a busca pelo conhecimento;
- ✓ Resgate de valores e da identidade: construção de sujeitos históricos, competentes, críticos, éticos e participativos capazes de transformarem a realidade

social e política numa relação de respeito consigo mesmo, com o outro e com a natureza;

✓ Reconhecer a importância do processo de escolarização para a inserção dos indivíduos e grupos nas sociedades letradas e para a melhoria de vida no contexto das mesmas;

✓ Mostrar-se receptivo a metodologias inovadoras propostas pelo Currículo de maneira geral, o desafio do professor é ser articulador para que o processo da construção do conhecimento se efetive, tendo em vista uma relação dialógica.

✓ Compreender as dinâmicas de classe, gênero e raça presentes na sala de aula com vistas a problematizá-las e transformá-las.

Os documentos oficiais preconizam que os sistemas de ensino devem matricular os estudantes com necessidades educacionais especiais em turma comum. Por isso a Escola campo da pesquisa oferece a Educação Especial e inclusiva de acordo com a Lei Complementar nº 49, de 1º de outubro de 1998, que dispõe sobre a instituição do Sistema de Ensino de Mato Grosso, no que se refere ao capítulo da educação especial:

Art. 101 - Entende-se por Educação Especial a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

Parágrafo único. São caracterizados como educandos portadores de necessidades educacionais especiais:

- a) altas habilidades/superdotação, talentosos;
- b) deficiências mental, visual, auditiva, físico-motora e múltipla;
- c) condutas típicas de síndromes/quadros psicológicos, neurológicos.

Art. 102 - A Educação Especial tem como objetivo:

- I - desenvolvimento global das potencialidades dos alunos;
- II - incentivo à autonomia, cooperação, espírito crítico e criativo da pessoa portadora de necessidades educacionais especiais;
- III - preparação dos alunos para participarem ativamente no mundo social, cultural, dos desportos, das artes e do trabalho;
- IV - frequência à escola em todo o fluxo de escolarização, respeitando os ritmos próprios dos alunos;

V - atendimento educacional adequado às necessidades especiais do alunado, no que se referem a currículos adaptados, métodos, técnicas e material de ensino diferenciados, ambiente emocional e social dos alunos, pessoal devidamente motivado e qualificado;

VI - avaliação permanente, com ênfase no aspecto pedagógico, considerando o educando em seu contexto biopsicossocial, visando à identificação de suas possibilidades de desenvolvimento;

VII - desenvolvimento de programas voltados à preparação para o trabalho;

VIII - envolvimento familiar e da comunidade no processo de desenvolvimento global do educando.

Art. 103 - Os serviços oferecidos pela Educação Especial no Sistema de Ensino são:

I - Serviços de Apoio Especializado:

a) salas de recursos;

b) ensino itinerante;

c) sala de apoio pedagógico.

II - Serviços Especializados:

a) classes especiais;

b) escolas especializadas.

Art. 104 O Sistema de Ensino assegurará aos educandos portadores de necessidades especiais:

I - propostas de atendimento específicas, envolvendo currículos adaptados, métodos, técnicas e recursos educativos;

II - espaço físico adequado;

V - terminal idade específica para os educandos que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do Ensino Fundamental, em virtude de suas deficiências - educação para o trabalho;

VI - capacitação dos profissionais que atuam na área da Educação Especial, bem como para os profissionais da rede regular de ensino;

VIII - acesso igualitário aos benefícios disponíveis para o ensino regular.

Acredita-se, para tanto, que os sujeitos podem aprender juntos, embora com objetivos e processos diferentes, tendo em vista uma educação de qualidade. Se atentando ao que preconiza a DRC-MT/2018 sobre a necessidade de adequação curricular, “a escola deverá definir clara e coletivamente. O que o estudante deve aprender (Aprendizagem significativa); Como o estudante deve aprender (Procedimentos); Quando o estudante está apto a aprender (Temporalidades); Tipologias seletivas para assegurar o processo eficiente de aprendizagem (Formas de organização

do ensino); Modalidades de avaliação e processos sequenciais de acompanhamento do progresso do estudante”.

Por isso, a escola, atendendo aos documentos oficiais faz o atendimento dos alunos com necessidades educativas especiais em sala comum e com o atendimento na Sala de Recursos Multifuncionais com profissional especializada, porém nem todos os alunos possuem o acompanhamento do de auxiliar. É sabido que nem todos que têm necessidades educacionais especiais precisam de um auxiliar, porém vislumbramos a importante contribuição desse profissional para locomoção, higienização e alimentação sem constrangimentos, além de contribuir na compreensão das características e ajudar a eliminar possíveis barreiras que possam vir a impedir esse aluno de se inserir na vida escolar.

5- REFERENCIAIS DA AVALIAÇÃO PARA A APRENDIZAGEM

A avaliação é um dos aspectos do ensino pelo qual o professor, juntamente com o aluno estuda e interpreta os dados da aprendizagem e de seu próprio trabalho, com as finalidades de acompanhar e aperfeiçoar o processo de aprendizagem, bem como diagnosticar seus resultados a atribuir-lhes valor. Acreditamos que a avaliação funciona como um guia da ação, que por meio dela é possível professor e aluno identificar quais as competências/objetivos de conhecimento/habilidades já foram construídas satisfatoriamente e quais ainda precisam desenvolver.

A avaliação deve ser entendida como parte do processo de ensino e aprendizagem, pois indica ao professor o momento da aprendizagem dos alunos, os que já compreenderam, quais seus avanços, quais suas dificuldades, dando possibilidade de intervenção no sentido da superação de possíveis dificuldades, pois permite que o aluno se torne consciente de seu processo de aprendizagem, perceba seus avanços e suas dificuldades e possa, em conjunto com seu professor, buscar modos de resolver estas dificuldades. Esse processo possibilita ao professor rever seu planejamento e fazer ajustes na sua prática educacional.

Avaliar é um processo abrangente da existência humana, que implica uma reflexão crítica sobre a prática, o sentido de captar seus avanços, suas resistências, suas dificuldades e possibilitar uma tomada de decisão sobre o que fazer para superar obstáculos. Pensando numa escola que segue a tendência progressista, a avaliação deve ser contínua, diagnóstica, permanente, qualitativa,

cumulativa e formativa para que se possa cumprir a sua função de auxílio ao processo de ensino aprendizagem.

As avaliações utilizam técnicas e instrumentos diversificados, sempre com finalidade educativa específica de acordo com cada objetivo-conteúdo trabalhados. Tendo como base a as orientações contidas no artigo 24, da LDBEN 9394/96 e a linha de pensamento proposta por Luckesi (1998), o qual classifica a avaliação em 03 (três) modalidades: Avaliação diagnóstica: tem como principal característica identificar o ponto de partida, “pois fornece ao professor elementos que lhe possibilitarão adequar o tipo de trabalho a desenvolver” (DRC-MT/2018). Os instrumentos mais utilizados constituem-se de pré-teste, questões padronizadas de rendimento, ficha de observação, etc.

A recuperação de estudos se dá de forma permanente e concomitante ao processo de ensino-aprendizagem referente a cada avaliação realizada no período, independentemente do nível de apropriação dos conhecimentos básicos. Isto permite que todos os alunos tenham oportunidades de apropriar-se do conhecimento acumulado por meio de metodologias diversificadas e participativas.

O processo de recuperação acontece com a retomada do conteúdo a partir do diagnóstico oferecido pelos instrumentos de avaliação e em seguida pela reavaliação do conteúdo já retomado em sala de aula.

A escola é fundamentada no princípio de proporcionar ao aluno a aquisição de instrumentos que possibilitem o acesso ao saber elaborado, assegurando ao aluno o direito e as condições para permanência na escola. Ao professor cabe a tarefa de garantir a circulação do conhecimento, da multiplicidade de pensamentos, bem como a humanização nas relações decorrentes dos processos de ensino e de aprendizagem considerando as diferentes estratégias e formas de interação do aluno com o conhecimento.

Sendo assim, a organização da Escola deve balizar-se por alguns parâmetros básicos, assim definidos:

- Elaboração coletiva do Projeto Político Pedagógico;
- Elaboração de planejamento anual, com revisão no decorrer do ano letivo com alterações necessárias, a fim de garantir que os objetivos traçados inicialmente, sejam alcançados;
- Promover a superação ou potencialização da melhoria do nível de proficiência/aprendizagem dos sujeitos que participam dos processos de intervenção pedagógica;
- Interdisciplinaridade, multidisciplinaridade e transdisciplinaridade;

- Desenvolvimento integral das competências e habilidades por meio de métodos ativos para que se alcance a autoria dos sujeitos na construção do conhecimento, independentemente de sua fase ou faixa etária;

- Articulação entre teoria e prática.

O marco operatório torna possível a materialização das concepções de educação, sociedade, cidadão e cidadania no âmbito escolar através das medidas pensadas, planejadas e adotadas para desenvolver o plano pedagógico. Tais medidas estão pressupostas nos marcos anteriores e visam o compromisso com o desenvolvimento das capacidades e a formação global do aluno. Nessa perspectiva, entende-se que a Proposta Pedagógica Curricular é toda a ação educativa, e tem como foco principal o processo de aprendizagem do educando.

A base comum e sua parte diversificada integraram-se em torno do contexto curricular, estabelecendo a relação entre as áreas do conhecimento do núcleo comum e a articulação entre os aspectos da saúde, sexualidade, vida familiar e social, meio ambiente, trabalho, ciência e tecnologia, a cultura e as linguagens. Para tanto, é necessário conceber a escola de forma dinâmica em suas práticas pedagógicas de interações e de construção do conhecimento, cujas ações propiciem o ingresso e a permanência de forma qualitativa.

Assim, de acordo com os dados compilados, a Escola pesquisada atende à legislação vigente no que diz respeito à organização curricular, tendo as suas práticas pedagógicas diárias baseadas em valores voltados ao bem comum e a coletividade, por meio de projetos pedagógicos, projetos de intervenção pedagógica, planejamentos por áreas do conhecimento e disciplinares. Assim como, programas e parcerias, formação continuada e melhorias da infra-estrutura, contemplando assim todas as áreas do conhecimento científico e tecnológico, promovendo a interdisciplinaridade e sem negligenciar os aspectos culturais de que já dispõe o educando (conteúdo do sujeito). Para tanto, prioriza-se a aprendizagem do aluno, destacando como, quando, quanto, porque e para que se ensina e se aprende.

Quanto à organização pedagógica o professor efetivo possui a carga horária de 30 horas, sendo que um terço da carga horária do professor (10 horas semanais) se destina a hora-atividade, que tem como objetivo garantir a qualidade do processo de ensino-aprendizagem. Ela deverá ser distribuída e registrada como se segue:

- 1 - Reforço semanal: 02 (duas) horas
- 2 - Planejamento e preparação de aulas: 02 (duas) horas
- 3 - Formação Continuada: 04 (quatro) horas

4 - Organização sistêmica e/ou reuniões semanais: 02 (duas) horas

O professor interino deve se responsabilizar pela qualidade do processo de ensino-aprendizagem e por seu desenvolvimento profissional a partir do momento em que assume o seu posto de professor. Portanto, deverá cumprir as responsabilidades incluídas neste, dando prioridade as aulas de reforço, diário eletrônico, formação continuada e reuniões, pois também recebe hora atividade.

O corpo docente será constituído de professores qualificados, devidamente habilitados na forma da legislação vigente e das normas baixadas pelos órgãos competentes, admitidos mediante contrato individual de trabalho, por prazo determinado ou indeterminado, sob o regime estatutário do Governo do Estado de Mato Grosso.

O professor deve observar rigorosamente a Organização Curricular disposta nesse PPP, o qual foi construído sob a ótica da Nova BNCC e do Documento Referência Curricular do Estado de Mato Grosso (DRC-MT), frente aos conteúdos a serem ministrados aos seus alunos. Pois, tais documentos norteadores levam em consideração os conteúdos que são relevantes para a preservação dos conhecimentos de propriedade da humanidade e os relevantes para a inserção dos jovens na realidade. As práticas de linguagem, as habilidades e os objetivos de conhecimento, devem ser incluídos tanto de forma sistemática bem como a cada oportunidade que surgir em aula ou trazido por fatos ocorridos na comunidade, ou seja, partem da realidade dos alunos em tópicos preestabelecidos, sempre buscando a integração das várias áreas do conhecimento.

Os professores deverão ter conhecimento prévio das disposições do Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual 19 de Dezembro de forma a comprometerem-se com o mesmo. Pois são profissionais do ensino cuja função não se restringe a ministrar aulas, mas sim parte de um corpo coletivo de agentes que dividem entre si as responsabilidades e o desenvolvimento das atividades para a consecução do PPP da Escola.

O planejamento dos conteúdos leva em consideração três esferas fundamentais:

1- Conteúdos conceituais - levando em consideração os conhecimentos da área específica de ensino que pertencem ao corpo de conhecimentos.

2- Conteúdos procedimentais - que englobam os processos necessários a busca de conhecimentos de forma produtiva, contínua e eficaz.

3- Conteúdos atitudinais - que enfocam os temas transversais, bem como qualquer outro tema que surgir em sala de aula que seja considerado importante na formação do indivíduo como cidadão.

Deve ser levado em consideração, ainda, as metodologias ativas e a busca de conhecimento através da pesquisa. Desde cedo, os alunos devem agir na comunidade, levantando problemas, formulando hipóteses, pesquisando e, quando necessário, propondo ações para transformar a realidade.

Dentro do ciclo a progressão dar-se-á por dois vieses, primeiro com a progressão simples, ou seja, quando a aprendizagem ocorre sem indicação de dificuldade não superada; o segundo é a progressão com apoio pedagógico, que acontecerá aos alunos que tiverem a indicação de dificuldades não superadas no decorrer do processo de aprendizagem, sendo necessárias intervenções. Já no Ensino Médio a progressão dar-se-á de forma seriada em que o aluno deve ter um rendimento mínimo (média) de 6,0. O aluno, tanto do ensino fundamental quanto do ensino médio, que apresentar dificuldade de aprendizado o professor deve fazer o planejamento de intervenção e acompanhamento (reforço) e utilizar outros meios e metodologias que possam garantir o sucesso escolar do aluno. Os mesmos critérios são válidos ao ensino de EJA.

A escola entende que, no processo de mediação social, há a necessidade de diferentes meios, técnicas e métodos para que o objetivo principal seja atingido. Objetivo este, que visa a mediação de conhecimentos científicos e do senso comum entre o professor e o aluno. Por essa compreensão de que a educação é uma construção coletiva e permanente, a Escola Campo de pesquisa utiliza-se de uma metodologia cooperativa e participativa que em observância a Base Comum Curricular (BNCC), no que tange as competências gerais, busca contribuir na construção da autonomia.

O professor passa a exercer a função de incentivador, passando a “exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas” e de todos os envolvidos no processo educativo, buscando a humanização e a mudança social.

Para tanto os docentes precisam utilizar diferentes instrumentos e metodologias para garantir a construção do conhecimento novo pelo aluno. Ainda nesse processo, a relação teoria e prática se mostram necessárias e indispensáveis. Assim sendo, a escola investe em recursos, materiais para que a prática pedagógica dos docentes seja rica de estímulos.

Fazem parte dos instrumentos mediadores: Dinâmicas de grupo (seminário, painel integrado, estudos de texto, etc.); Atividades individuais; Atividades complementares; Projetos de Pesquisa; Passeios de estudo; Observações; outros ambientes de aprendizagem (laboratório de ciências,

biblioteca integrada ao laboratório de informática); Uso de tecnologias (TV Multimídia, Data show, lousa digital) Nessa perspectiva elenca-se algumas estratégias que enriquecem o processo de ensino-aprendizagem. Tais como:

- ✓ Projetos interdisciplinares;
- ✓ Tema gerador;
- ✓ Dramatização;
- ✓ Aulas práticas;
- ✓ Observação e descrição;
- ✓ Aulas expositivas e dialogadas;
- ✓ Recortes;
- ✓ Pesquisas de campo ou bibliográficas;
- ✓ Trabalhos lúdicos;
- ✓ Palestras;
- ✓ Histórias;
- ✓ Debates;
- ✓ Colagem;
- ✓ Música e paródia;
- ✓ Uso de maquetes;
- ✓ Entrevistas;
- ✓ Leituras;
- ✓ Trabalho em grupo;
- ✓ Sistematização individual.

Junto à semana pedagógica e as discussões e preparação do planejamento anual é também debatido e definido os critérios, métodos e parâmetros avaliativos que irão nortear o processo de aprendizagem dos alunos no ano corrente. Ficando assim entendido que a avaliação será realizada em função dos conteúdos, utilizando métodos e instrumentos diversificados, devendo ser coerente com os pressupostos das diversas disciplinas.

Os instrumentos de avaliação deverão estar adequados a metodologia de ensino do professor descrita na Proposta Pedagógica Curricular e no Plano de Trabalho Docente, e conhecidos pelos alunos, o que favorece sua corresponsabilidade no processo de aprendizagem. Pois conforme previsto na DRC/MT – 2018 “o papel do professor nessa tarefa é primordial, para que eles (alunos) demonstrem o que aprenderam e do que são capazes e, além disso, para que encarem seus erros

como possibilidades de se envolverem mais nas situações de aprendizagem para continuar aprendendo”.

É estabelecido ainda, uma porcentagem da nota para trabalhos e outra para avaliações propriamente ditas, ficando classificado em avaliação qualitativa todo o tipo de produção de conhecimento durante as aulas, podendo ser oral, escrito, projetos, atividades extra-classe, a criação, o pensar, questionar e expressar, etc. e quantitativo o resultado das avaliações de registro formal.

Quanto ao resultado do processo avaliativo, servirá de reflexão sobre a ação pedagógica, de forma que a escola possa se reorganizar, ou seja, os critérios de avaliação poderão ser adequados às necessidades educativas apresentadas no decorrer do processo. Fazendo parte da permanente reflexão sobre a atividade humana, pois entendemos que a avaliação se constitui num processo intencional e que refletir é também avaliar, e avaliar é também planejar e estabelecer novos objetivos.

Tendo isso em vista e também o Artigo 24 da LDB, a recuperação de estudos dar-se-á de forma permanente e concomitante ao processo de ensino-aprendizagem referente a cada avaliação realizada no período, não somente no final do ano letivo com a finalidade de recuperação de notas, independentemente do nível de apropriação dos conhecimentos básicos. Isto permite que todos os alunos tenham oportunidades de apropriar-se do conhecimento acumulado por meio de metodologias diversificadas e participativas.

O processo de recuperação deverá acontecer com a retomada do conteúdo a partir do diagnóstico oferecido pelos instrumentos de avaliação e em seguida pela reavaliação do conteúdo já retomado. Contudo, a avaliação por si só, não altera a qualidade da aprendizagem. É essencial que o professor realize diferentes atividades como forma de retomar os conteúdos, a fim de oportunizar a aprendizagem dos alunos antes de propor novas estratégias de avaliação.

De acordo com informações contidas na proposta pedagógica da Instituição campo desta pesquisa, é responsabilidade do Gestor Escolar:

- Incentivar a criação de projetos inovadores de formação e pesquisa;
- Investir na construção e reorganização dos espaços e tempos da escola, contribuindo para o processo ensino-aprendizagem;
- Promover a articulação e inter-relação dos diferentes níveis de ensino da Instituição;
- Investir na integração escola – família;
- Inovar através de propostas pedagógicas diferenciadas;
- Investir na formação permanente dos/das professores/as.

6. PROGRAMAS E PROJETOS QUE A UNIDADE ESCOLAR PARTICIPA OU DESENVOLVE

Desde o ano de 2019 a Escola campo da pesquisa está trabalhando em parceria com instituições, tais como, Secretaria Municipal de Saúde, Biblioteca Municipal, Polícia Civil e Militar, Conselho Tutelar e Promotoria de Justiça, para a realização de palestras, que visem à redução do número de conflitos no ambiente escolar e em seu entorno, bem como sobre comportamento no ambiente de trabalho causas x consequências, além dos riscos e prevenção a saúde, entre outros.

A Instituição, na preocupação com o acesso e permanência dos alunos à escola, assim como com a segurança deles, tanto no ambiente escolar quanto no percurso para a escola, criou por meio da coordenação pedagógica, o Projeto Caminho Seguro, que consiste em fazer o acompanhamento da frequência e o registro de atraso na entrada da aula e comunicado aos pais, a fim de prevenir que os alunos saiam de casa e sigam para outros lugares ao vés da escola.

São desenvolvidos projetos referentes à higiene no espaço escolar, arborização, horta e jardinagem, lixo reciclável e uso consciente da água, todos com atividades teóricas e práticas, discutidas e acompanhadas pela gestão escolar por meio do Projeto de Formação Continuada.

Para intensificar a promoção das atividades educacionais, culturais, cívicas, desportivas, sociais e recreativas também será desenvolvido o projeto do Grêmio Estudantil, que tem a intenção de se tornar um programa permanente de assessoramento e apoio ao movimento estudantil organizado, a fim de representar os alunos diante da diretoria nas discussões institucionais e de caráter educacional. Assim como o Projeto Jornal Escolar que busca junto aos alunos o gosto por aprender, conhecer investigar e refletir a formação de pessoas autônomas e capazes de interferirem na realidade, na qual estão inseridas.

Seguindo esses mesmos princípios, destaca-se o Projeto Visita Cidadã, que visa promover uma viagem ao centro político administrativo (CPA), em Cuiabá. Esse projeto tem por finalidade promover para os alunos, em especial do ensino médio, o conhecimento do sistema político engendrado na Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso, assim como visitar os pontos principais históricos, geográficos e culturais de Chapada dos Guimarães, promovendo assim, a consciência cidadã.

Com intuito de promover a interação entre os alunos e a comunidade escolar, assim como a promoção da igualdade, do respeito à diversidade e à cultura da paz, a desconstrução de distorções

sociais e a transformação sociocultural temos outros dois projetos: o Projeto Recreio Interativo com apresentações dos alunos de música e de danças em geral e o Projeto Festa da Integração, que faz parte da tradição da escola, reunindo todos os anos uma quantidade substancial de pais e comunidade em geral, pois veem na festa a oportunidade de relembrar suas origens por meio de comidas típicas, danças, músicas e representações teatrais das diversas culturas do Brasil.

Já o Projeto Jogos Intersérie tem por objetivo realizar uma competição esportiva entre os alunos da Escola Estadual 19 de Dezembro ao final de cada bimestre, de acordo com a faixa etária e naipes masculino e feminino, promovendo a interação social, o respeito às regras de cada esporte, além do espírito de equipe e cooperação entre os alunos.

Sabe-se que a Educação Inclusiva é uma abordagem que procura atender as necessidades de aprendizagem de todos os alunos, com foco naqueles que enfrentam barreiras para a participação nos processos de aprendizagem escolar. Por isso, é desenvolvido o Projeto da Sala de Recursos que tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que minimizem/eliminem as barreiras, assegurando-lhes condições de acesso, participação e aprendizagem. Sensibilizando a comunidade escolar e os docentes da importância da educação inclusiva e da utilização de recursos tecnológicos pedagógicos, buscando reduzir os problemas e dificuldades de aprendizagem de PCD's- Pessoas Com Deficiências.

7- ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS COLETADOS EM ENTREVISTA COM OS DOCENTES

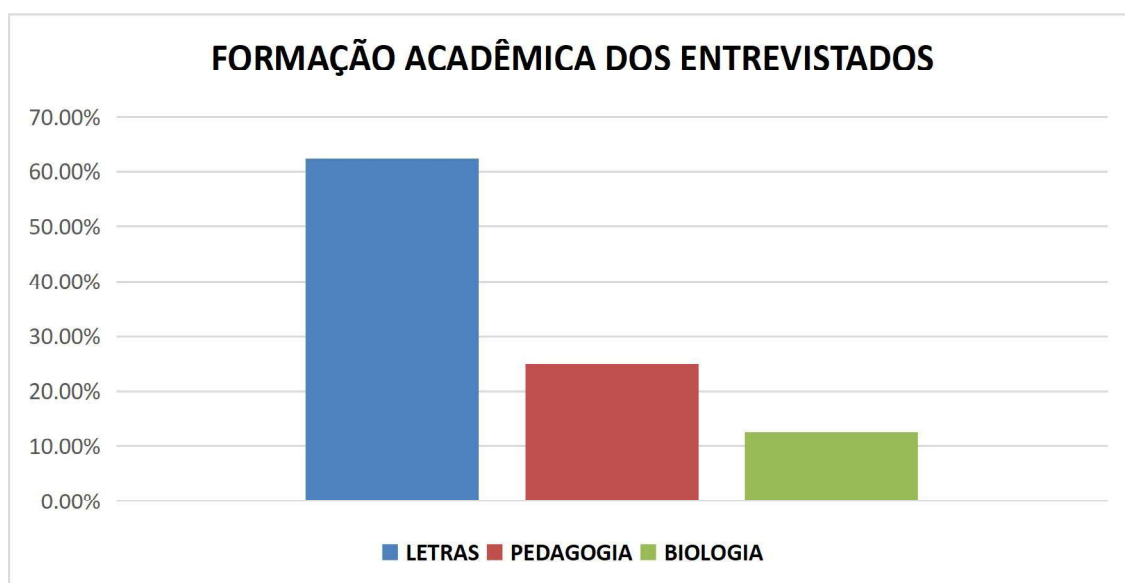
Os dados apresentados e analisados a seguir, resultam das entrevistas realizadas junto aos professores que fizeram parte da amostra dessa pesquisa. O roteiro de entrevista constou de 19 (dezenove) questões abertas e fechadas, as quais constaram sobre diversos assuntos, tais como: prática pedagógica, currículo, inclusão, formação continuada, bases legais da inclusão, interação escola e família, dentre outros.

Segundo a Resolução nº 510, de abril de 2016, que dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana, toda pesquisa com seres humanos envolve riscos em tipos e gradações variados. A pesquisa realizada ofereceu como risco, possíveis constrangimentos dos participantes, ao expor suas concepções sobre a própria prática

pedagógica, bem como as fragilidades em relação ao “saber lidar” com a inclusão escolar. Todavia, estes serão minimizados, considerando o respeito ao anonimato dos sujeitos envolvidos, prevalecendo a consciência ética da pesquisadora.

Quanto aos benefícios da pesquisa, vale ressaltar, que estes, certamente serão significativos para a Escola investigada, tendo em vista as recomendações da pesquisadora, com vista à otimização dos processos pedagógicos para otimizar o processo de inclusão escolar. Vale destacar que tais recomendações são pautadas nos resultados obtidos na coleta de dados.

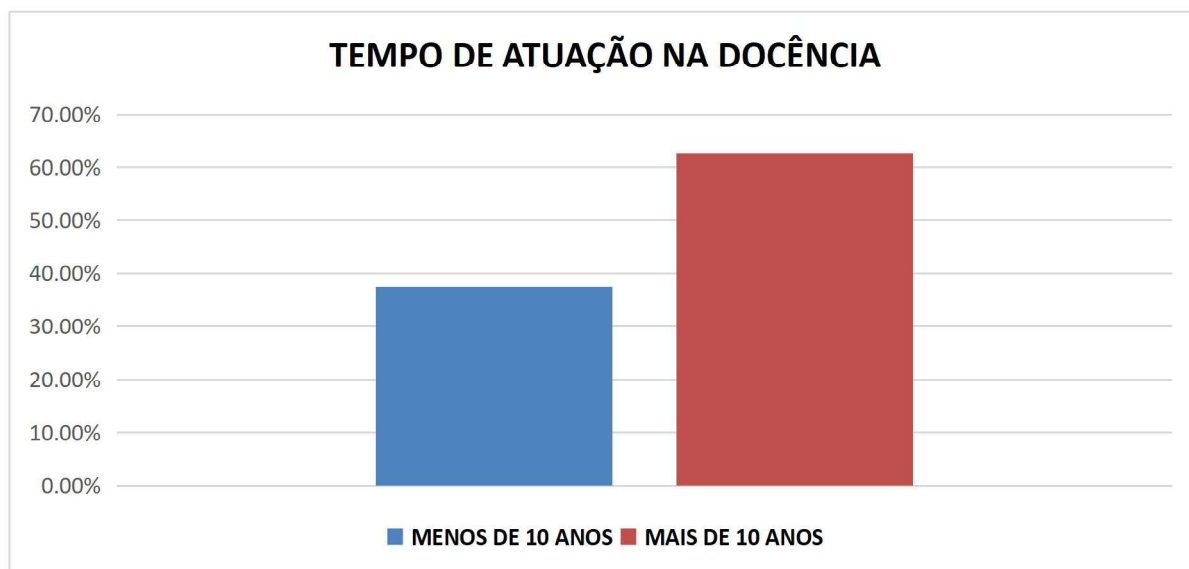
FIGURA 1: Formação acadêmica dos professores entrevistados



Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados coletados na pesquisa (2023).

No âmbito da análise inicial dessa pesquisa, destaca-se que os entrevistados possuem formação em diversas áreas do conhecimento. Trata-se, portanto, de profissionais que atuam efetivamente em sua respectiva formação inicial e todos possuem especialização na área de formação.

FIGURA 2: Tempo de atuação na profissão docente



Fonte: Gráfico elaborado pela autora a partir de dados coletados na pesquisa (2023).

De acordo com os dados coletados, foi possível identificar que a maioria dos entrevistados (62,5%) atua na docência há mais de dez anos, enquanto 37,5% está na profissão há menos de 10 anos. Nesse sentido, vale destacar o pensamento de Tardif (2014), o qual sinaliza que a prática docente não é apenas um objeto de saber das ciências da educação, ela é também uma atividade que mobiliza diversos saberes que podem ser chamados de pedagógicos.

Morosini (2000), sinaliza que o professor universitário, na última década, sofre uma marcante pressão, advinda da legislação e imposta pela instituição e buscada por ele, para sua qualificação de desempenho, no qual o didático passa a ocupar um papel de destaque.

Visando identificar as concepções dos docentes acerca da Educação Inclusiva, questionou-se sobre essa compreensão. Dentre as respostas obtidas, destacam-se:

É quando se integra alunos com diferentes necessidades no processo ensino aprendizagem em escolas regulares, entendendo que cada um tem sua particularidade. (Prof. 1).

Educação com direitos iguais para todos (Prof. 2).

A educação inclusiva pode ser entendida como uma concepção de ensino contemporânea que tem como objetivo garantir o direito de todos à educação (Prof. 3).

É uma educação humana onde compreender a diversidade e inclui o aluno nesse meio (Prof. 4).

A educação inclusiva integra os alunos necessidades especiais, em escolas regulares, por meio de uma abordagem humanista (Prof. 5).

Alunos atendidos de acordo com suas necessidades (Prof. 6)

Tornar a educação acessível para todos e tentar adaptar de acordo com as necessidades especiais dos alunos (Prof. 7).

Diante das respostas apresentadas pelos docentes e partindo do pressuposto de que a educação é para todos e ao serem consideradas as questões da Educação Especial na perspectiva de Educação Inclusiva, observa-se que os entrevistados possuem consciência da necessidade de viabilizar o trabalho com a diferença, reconhecimento e valorização da diversidade e das diferenças individuais como elementos intrínsecos e enriquecedores do processo escolar e a garantia do acesso e permanência do aluno na escola.

Os professores foram indagados se consideram preparados para trabalhar com estudantes com alguma deficiência. Destacam-se as respostas:

Nunca estamos preparados até surgir a oportunidade. Mas tenho abertura para o novo e sei acolher com um olhar especial, sem menosprezar ou excluir (Prof. 1.).

Em partes, depende da limitação do estudante (Prof. 2).

Sim, mesmo sem experiência acredito que tudo posso conseguir através de esforço, dedicação e amor (Prof. 3).

Não (Prof. 4).

Sim, estou preparada para atuar de forma positiva na educação dos meus alunos. Quero que eles se sintam acolhidos (Prof. 5).

Na maioria das vezes, não (Prof. 6).

Não (Prof. 7).

De acordo com os depoimentos dos entrevistados, observa-se com clareza que a maioria não se considera totalmente preparada para o enfrentamento pedagógico, quando o assunto é a inserção de alunos com deficiência em salas de aula comuns. Para tanto, faz-se necessário a adequação do processo escolar de acordo com as especificidades dos alunos, no sentido de fortalecer a formação continuada e a troca de saberes para que haja de fato a superação dos desafios.

Como parte da entrevista, os docentes foram questionados sobre as suas inquietações em relação às práticas metodológicas utilizadas no ensino e aprendizado dos estudantes em salas de aula inclusivas. Destacam-se as seguintes respostas:

Necessidade de aulas motivacionais, inovadoras sem hipocrisia (Prof. 2).

Não tive a experiência (Prof. 1).

Nenhuma (Prof. 3)

São muitas, mas a principal é inserir de forma justa esse aluno na sala (Prof. 4)

Que elas se sintam acolhidas e inseridas de forma natural (Prof. 5)

Sem ajuda em sala não dá para trabalhar alunos com diferentes níveis de aprendizagem e alunos que tenham condições físicas e psicológicas diferentes (Prof. 6).

São muitos os desafios (Prof. 7).

Considerando o exposto pelos entrevistados, é válido considerar que no decorrer de uma aula é fundamental que o professor esteja sempre atento aos processos de aprendizagem, sem perder de vista a individualidade de cada um. Tal postura, contribui para a otimização e superação dos desafios diários.

Como já foi dito anteriormente, são inúmeros os desafios encontrados pelos docentes, quando o assunto é educação inclusiva. Assim, ao serem indagados se consideram que os docentes encontram-se preparados para receberem alunos com deficiência em classes comuns, as respostas foram diversas:

Considero que não (Prof. 7).

Muitas vezes alunos com necessidades especiais chegam na escola sem qualquer tipo de registro que comprove tal especificidade, a negligência começa por parte das famílias, então seguimos num efeito dominó matando a aprendizagem desse aluno e podendo a oportunidade dele crescer enquanto ser humano (Prof. 8).

Acredito que sim, pois na nossa escola temos alunos com deficiência e são bem quistos pela turma (Prof. 3).

Nem todos estão preparados, por isso precisam de aulas cursos para apreender como lidar com isso (Prof. 4).

Não (Prof. 5).

Não, mas a missão de preparar o ambiente saudável é algo indispensável (Prof. 1).

Não (Prof. 6).

Nessa perspectiva, Costa, *et al.* (2017, p. 3) afirmam que os professores precisam conhecer as teorias que dão estrutura à sua prática e conhecer a fundo as questões que envolvem o processo de ensino-aprendizagem. De acordo com os autores, a maioria dos profissionais da educação foram formados na prática tradicional e, por isso, tendem a educarem como foram educados, já que um novo projeto de educação é sinônimo de trabalho árduo, exige o rompimento com a acomodação.

De fato, as teorias inerentes à prática docente devem ser apreendidas especialmente na formação continuada, a partir da troca de saberes entre os docentes. Este, é portanto, um espaço

onde o conhecimento é construído em consonância com as reais necessidades de aprendizagem dos alunos.

Ao serem questionados sobre quais fatores influenciam positivamente na inclusão dos estudantes com deficiência na escola comum, os professores informaram:

Olhar acolhedor, estrutura física apropriada, materiais diferenciados, formação adequada, preparação psicológica, apoio pedagógico e familiar (Prof. 2).

Parceria entre escola e família (Prof. 1).

Profissionais especializados para trabalhar com os alunos (Prof. 8).

Socialização (Prof. 5)

A inclusão é um assunto de extreme importância e não ser uma realidade na maioria das escolas (Prof. 3).

Apenas convivência (Prof. 4).

No âmbito do processo de inclusão, cabe destacar que os alunos com deficiência têm assegurados na Constituição Federal de 1988, o Direito a educação (escolarização), realizado em salas comuns e atendimento educacional especializado complementando a escolarização que deve ser realizado preferencialmente em salas de recursos na escola em que estão matriculados, em outras escolas ou em centros de atendimento especializado.

A formação continuada também fez parte de um dos questionamentos feitos aos professores, que ao serem indagados sobre essa prática na escola, com a inclusão de temáticas que fazem referência à Educação Inclusiva, responderam:

Sim. Essa temática é falada superficialmente (Prof. 2)

Sim, sim (Prof. 4)

Sim, como não trabalho na sala de recurso não sei se tem formação que contempla as temáticas para inclusão de estudantes com deficiência (Prof. 7).

Nesse ano não (Prof. 5).

Sim, não contempla essa necessidade (Prof. 1).

Sim, sem essa temática (Prof. 3).

De acordo com as respostas apresentadas pelos docentes, é possível observar que embora haja formação continuada para professores na escola, esta prática apresenta fragilidades, quando o assunto é Educação Inclusiva, já que alguns dos entrevistados afirmaram que a referida temática não faz parte da pauta de discussão.

Vale considerar, no âmbito dessa reflexão, que o Plano Nacional de Educação, trata da formação continuada dos professores como uma das formas de valorização do magistério e melhoria da qualidade da educação: É fundamental manter na rede de ensino e com perspectivas de aperfeiçoamento constante os bons profissionais do magistério.

O processo de formação continuada de professores é resultado, em grande medida, de um lado, do compromisso assumido por cada professor com seu próprio desenvolvimento pessoal e profissional e, de outro lado, do reconhecimento de que a escola com todo o conjunto de solicitações que faz ao professor) pode e deve ser tomada com eixo de sua formação. Ou seja, trata-se de perceber que as instituições escolares não formam apenas os alunos, mas também os profissionais que nelas atuam.

Considerando a importância da Sala de Recursos Multifuncionais na escola, os professores foram indagados se a Instituição conta com este espaço pedagógico. Dentre as respostas, destacam-se:

Sim. Tem um cronograma, mas não sei explicar ao certo. Temos pedagogas nesse setor (Prof 1).

Sim (Prof. 2).

Sim, o espaço atende os alunos no contraturno e há sim uma profissional com formação adequada (Prof. 6).

Sim, não sei sobre a formação da profissional (Prof. 4).

Sim, não está adequado pra demanda, sim (Prof. 3).

Não sei (Prof. 8).

Não sei (Prof. 5).

Não sei (Prof. 7).

Diante do exposto pelos entrevistados, ficou clara a ideia de que alguns professores desconhecem a existência da Sala de Recursos Multifuncionais na escola. Um espaço tão importante, onde se realiza o atendimento educacional especializado, para alunos com necessidades educacionais especiais (NEE), por meio do desenvolvimento de estratégias de aprendizagem, centradas em um novo fazer pedagógico que favoreça a construção de conhecimento pelos alunos, subsidiando-os para que desenvolvam o currículo e participem da vida escolar. Um espaço organizado com materiais didáticos, pedagógicos, equipamentos e profissionais com formação para o atendimento as necessidades educacionais especiais.

Os professores foram questionados se possuem alunos com algum tipo de deficiência e caso a resposta fosse positiva, questionou-se a forma como é desenvolvido o trabalho pedagógico junto a este estudante. Destacam-se as seguintes respostas:

Descobri semana passada que um aluno pode ter laudo, mas nunca foi passado isso para mim, sempre vi ele como desinteressado, hoje vejo que poderia ter auxiliado ele com a confirmação disso. Não sei se ele realmente tem dificuldade na aprendizagem e por isso não posso falar como trabalharia com ele (Prof. 1).

Não (Prof. 2).

Não (Prof. 5).

Tenho autistas, que por sinal conseguem acompanhar o andamento da turma (Prof. 8).

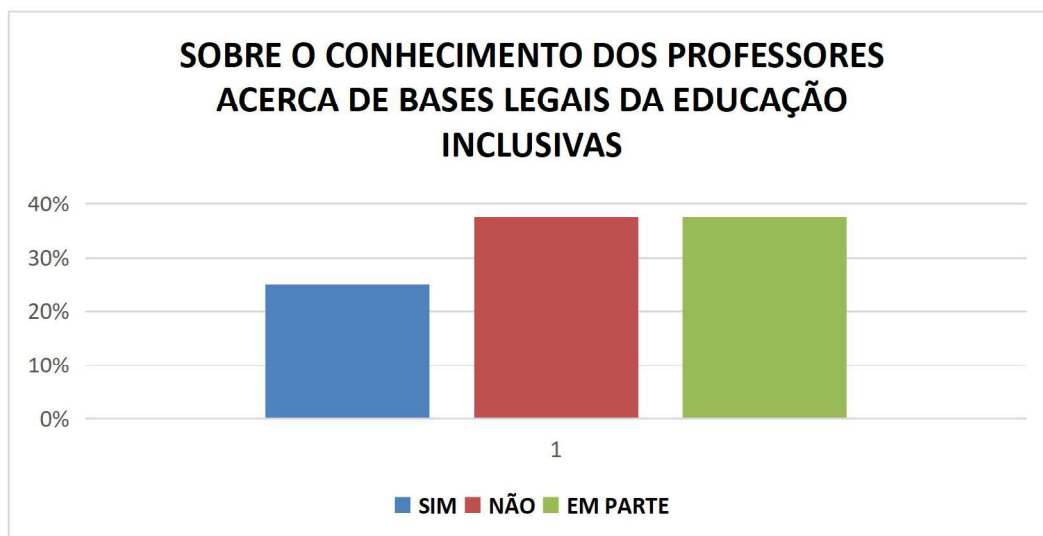
Sim. Trabalho de forma lúdica, com estratégias, práticas de ensino para incluir o aluno com deficiência e facilitar o trabalho (Prof. 7).

Acompanho o aluno na sua capacidade e exijo apenas o que consegue (Prof. 3).

Sobre este assunto, é válido considerar que a fragilidade na formação dos professores, ausência de entusiasmo, o medo, receio, preconceito, salas de aulas superlotadas, são fatores que têm dificultado a aprendizagem e a adaptação dos alunos com deficiência em sala comuns.

Nesta perspectiva as escolas devem responder às necessidades educacionais especiais de seus alunos considerando a complexidade e heterogeneidade de estilos e ritmos de aprendizagem. Para tanto, é necessária uma nova estrutura organizacional, com currículos flexíveis, estratégias teóricas metodológicas eficientes, cursos e parcerias com a comunidade.

FIGURA 3: Conhecimento dos professores acerca de bases legais da Educação Inclusiva



Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados coletados na pesquisa (2023).

Os professores foram indagados sobre a contribuição da coordenação pedagógica da escola em relação ao suporte didático para a superação das dificuldades de aprendizagem dos alunos. De modo geral, os professores demonstraram satisfação em relação a esse trabalho, como demonstram os depoimentos:

O trabalho é de suma importância pois vem contribuir e auxiliar no dia a dia e nas necessidades dos alunos (Prof. 4).

Temos a colaboração e participação parcialmente (Prof. 3).

As vezes que solicitei ajuda fui atendida (Prof. 1).

Ótimo. A coordenação pedagógica apoia e ajuda em tudo o que precisamos (Prof. 2).

No que tange à participação da família, foi possível constatar que 50% dos entrevistados afirmou que conta com essa participação, enquanto que os demais entrevistados informaram que não é satisfatória. Dentre os argumentos dos professores, destacam-se:

Os pais participam em palestras, apoio externo nas atividades propostas (Prof. 3).

A participação dos pais é muito pouca (Prof. 1).

Os pais participam muito pouco na vida escolar do filho (Prof. 2).

Os pais raramente comparecem na escola para saber sobre a aprendizagem dos filhos (Prof. 4).

A discussão sobre a relação família e escola é uma questão que há muito vem sendo discutida, pois há décadas, pesquisas revelam ser imprescindível envolver a família e torná-la parte do processo educativo, fato este que esbarra na escassez de tempo dos pais para acompanhar os

filhos, bem como a jornada de trabalho e o estresse cotidiano que os afastam da rotina escolar dos filhos.

Para tanto, é fundamental que a família seja orientada e se conscientize sobre a relevância de fazer parte das atividades escolares, demonstrando interesse na educação dos filhos de modo que haja uma melhor qualidade no processo ensino-aprendizagem, pois a criança se desenvolve e aprende na medida em que cresce física e mentalmente. Caberá à escola, responsável pela mediação do conhecimento, a iniciativa de aproximar os pais e dar continuidade ao processo de aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No âmbito das considerações finais dessa pesquisa, considera-se imprescindível a realização de um novo olhar para a educação inclusiva, tendo em vista uma melhor compreensão acerca das reais necessidades dos alunos no contexto escolar. Um olhar, que leve em consideração a individualidade e as competências do aluno que muitas vezes não são valorizadas.

No decorrer desse trabalho, o qual buscou investigar acerca das concepções e práticas metodológicas utilizadas pelos docentes no aprendizado dos alunos com deficiência em salas de aula inclusivas, observa-se um descompasso entre a bases legais, as práticas pedagógicas e experiências docentes vivenciadas em sala de aula.

A pesquisa bibliográfica contribuiu de maneira significativa para o desenvolvimento do estudo sobre o tema proposto, considerando o objetivo do trabalho, de investigar as causas das inquietações por parte de professores em relação às práticas metodológicas utilizadas no aprendizado dos alunos em salas de aula inclusivas, bem como os desafios enfrentados, no que se refere à inclusão de alunos com deficiência em classes comuns. Os estudos possibilitaram compreender a necessidade do fortalecimento das políticas públicas para a Educação Inclusiva, de modo especial, a formação continuada para professores.

Destaca-se também, a constatação acerca da importância do papel da escola e do professor no auxílio ao aluno com deficiência. As intervenções não podem basear-se apenas em experiências dos profissionais responsáveis pela educação escolar desses alunos, mas de conhecimentos específicos que lhes permitirão utilizar-se de práticas pedagógicas adequadas que atendam às demandas específicas.

Nessa direção, o trabalho apontou para a ideia de que a prática pedagógica utilizada pelo professor reflete no processo de aprendizagem dos alunos, à medida que essas práticas atendam às reais necessidades dos alunos. É importante o entendimento não só da dificuldade, mas também das causas dos problemas apresentados por cada aluno, em sua individualidade, considerando que não basta tentar resolver paliativamente as dificuldades, mas tentar encontrar o causador do problema para viabilizar a busca por soluções satisfatórias no processo de ensino aprendizagem.

Destaca-se, ainda, a importância da cautela do professor, quanto à avaliação dos problemas de aprendizagem da criança na escola, no sentido de não cometer equívocos que possam inviabilizar a superação dessas dificuldades dos alunos. A pesquisa não representa uma etapa pronta e acabada, pois ainda há muitas discussões a serem feitas, incluindo o entendimento das políticas públicas em

favor da inclusão, na perspectiva de reestruturação do ensino, de modo a mudar o cenário de exclusão no processo de ensino e aprendizagem. É um desafio constante que demanda iniciativas prudentes e viáveis, por parte do governo, com o apoio da sociedade.

Cabe às instituições de ensino, a iniciativa de implementar projetos que fortaleçam a valorização das diferenças e atendam assim, às reais necessidades dos estudantes com dificuldade de aprendizagem. Dessa forma não basta apenas incluir o aluno com deficiência em salas de aulas regulares, faz-se necessário a eliminação de todas as formas de discriminação, inclusive eliminando as barreiras e obstáculos que impeçam o acesso, a movimentação e a circulação com segurança dessas pessoas.

Importante destacar que não houve a pretensão de mostrar erros e acertos da prática da escola onde a pesquisa foi realizada. O principal objetivo foi apresentar como o trabalho de inclusão se dá no cotidiano dessa Instituição de ensino, que se depara sim, com problemas como salas de aulas superlotadas, a falta de recursos financeiros e de capacitação de professores para lidar com a diversidade de alunos.

Nessa perspectiva, falar sobre inclusão envolve falar em democratização dos espaços sociais, que implica na aceitação da diversidade como valor. Incluir não é apenas colocar junto, e, principalmente, não é negar a diferença, mas respeitá-la enquanto constitutiva do humano.

Diante disso, observa-se que são vários os obstáculos que impedem a efetivação da educação inclusiva na Instituição campo desta pesquisa. Com estas exigências os professores encontraram e ainda encontram dificuldades para trabalhar com alunos que necessitam de diferentes formas de ensino aprendizagem, especialmente quando as escolas não contam com profissionais capacitados para utilizarem ou buscarem os recursos que lhes garantam desenvolver um trabalho satisfatório.

Isto posto, observa-se a necessidade da sólida formação continuada para professores da sala comum em Educação Inclusiva, não apenas para docentes de Atendimento Educacional Especializado, pois todos os profissionais da educação estão em contato com os estudantes em diversos momentos. Com isto encontram vários desafios em uma Escola Inclusiva que acaba ganhando proporções ainda maiores e complexas no espaço escolar. Um desses desafios, sem dúvida relaciona-se ao fato de que muitos professores alegam que não estão preparados para lidar com a diversidade, especificamente aquela decorrente de alunos com algum tipo de deficiência e muitas vezes, este despreparo é evidenciado nas salas de aula com atitudes negativas no que se refere a Educação Inclusiva.

Os dados coletados na pesquisa revelaram que embora os docentes possuam consciência da necessidade de viabilizar o trabalho com a diferença, reconhecimento e valorização da diversidade e das diferenças individuais, os mesmos sujeitos não se consideram totalmente preparados para o enfrentamento pedagógico, quando o assunto é a inserção de alunos com deficiência em salas de aula comuns.

Sobre esse assunto, observou-se que os professores precisam conhecer as teorias que dão estrutura à sua prática e conhecer as questões que envolvem o processo de ensino-aprendizagem, especialmente quando o assunto é educação inclusiva. Tais teorias devem ser apreendidas especialmente na formação continuada, a partir da troca de saberes entre os docentes.

Com o aumento das matrículas de estudantes com deficiência em escolas públicas e do número de escolas com estudantes em classes comuns, os professores demonstram a necessidade de buscar a formação continuada em educação inclusiva. Percebe que a falta de formação em Educação Inclusiva para professores é um desafio e impacta diretamente ao acesso e permanência de estudantes com deficiência nas escolas.

REFERÊNCIAS

ALVES, I.K. **A formação Docente no Contexto da Educação Inclusiva**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação/PPGEDU. Porto Alegre, 2012.

ARANHA, M. S. **Projeto Escola Viva**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005.

ARROYO, Miguel G. A escola possível é possível? In: ARROYO, M.G (org). **Da escola carente à escola possível**. São Paulo, Ed. Loyola. 1986.

BENCINI, R. **Todas as leituras**. Nova Escola. Leitura, São Paulo, n. 194, p. 30-37, ago. 2006.

BRAGANÇA, Soraya. PARKER, Parker. **Igualdade nas diferenças: os significados do “ser diferente” e suas repercussões na sociedade**. / Universidade Estadual do Rio Grande do Sul; Organização de – Porto Alegre: UERGS, 2009.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, São Paulo: Saraiva, 1988.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) n. 9394/96**. Brasília, 1996.

BRASIL. **Resolução nº 02 de 11 de setembro de 2001** que institui as Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica.

BRASIL. **Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990** que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

BRASIL. Plano Nacional de Educação 2014-2024 [recurso eletrônico] : **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências**. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular – BNCC**, 2ª versão. Brasília, DF, 2016.

BRITO, Luana da Silva. **A Formação De Professores Na Educação Inclusiva**. Gravata: PUC, 2021.

CARVALHO, Marília Pinto de. Teses e dissertações sobre gênero e desempenho escolar no Brasil (1993-2007) – **Qual o lugar das famílias?** In: ROMANELLI, Geraldo; NOGUEIRA, Maria Alice; ZAGO, Nadir. (Orgs.) Família & Escola: Novas perspectivas de análise. Petrópolis: Vozes, 2013.

CARVALHO, S.M, Castro, A.A. **Projeto de Pesquisa**. São Paulo: A.A. C, 2001.

COL, Cesar; MARCHESI, Álvaro; PALACIOS, Jesús. **Desenvolvimento psicológico e educação, transtornos de desenvolvimento e necessidades especial**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

CURY, Augusto Jorge. **Pais brilhantes, professores fascinantes**. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

CALDAS, Eduardo de Lima. **Combatendo a Evasão Escolar**. São Paulo: Instituto Polis, Dicas Nº 172, 2000.

CORRÊA, M. A. **Educação especial** v.1. Rio de Janeiro:: Fundação CECIERJ, 2010.

CROCHÍK, J.L. Educação inclusiva e preconceito: desafios para a prática pedagógica. IN: MIRANDA, T.G; FILHO, T. A.G (Orgs.). **O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares**. Salvador: EDUFBA, 2012.

CRUZ, G, C; TASSA, K.O.M. E. **Inclusão e diferença na escola: O legado da formação de professor de educação física**. Revista Brasileira Ciência e Esporte [online], Florianópolis, v.36, n.2, p. S877-S890, abr./jun, 2014. Disponível em: www.revista.cbce.org.br. Acesso em: 25/04/22.

DECLARAÇÃO. **Declaração universal dos direitos humanos**. 1948. Disponível em: <http://www.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm>. Acesso em: 30/04/2018.

DELORS, Jacques (Org.) **Educação: um tesouro a descobrir**. São Paulo: Cortez/Brasília: MEC: UNESCO, 1998.

FALLEIROS, Ialê. **“Parâmetros curriculares nacionais para a educação básica e a construção de uma nova cidadania”** in: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.) A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso. São Paulo: Xamã, 2005.

FONSECA, M.V. **A educação dos negros: uma nova face do processo de abolição da escravidão no Brasil**. Bragança Paulista: ESUSF, 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GAIO, R.; Meneghetti, R.G.K. (Orgs.). **Caminhos Pedagógicos da Educação Especial**. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

GOFFREDO, V. **Integração ou segregação? O discurso e a prática das escolas públicas da rede oficial do município do Rio de Janeiro**. Integração, 2012.

Hans Jonas. **O Princípio Responsabilidade**. Editora: Contraponto, Rio de Janeiro-RJ, 2015.

IMBERNÓN, F. **Formação continuada de professores**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

IMBERNÓN, F. **Inovar o Ensino e a aprendizagem na Universidade**. Tradução Silvana Corbucci Leite. São Paulo: Cortez, 2012.

KASSAR, Monica de Carvalho Magalhães. **A Formação de professores para a Educação Inclusiva e os possíveis impactos na escolarização de alunos com deficiências**. Cad. Cedes, Campinas, v. 34, n. 93, p. 207-224, maio-ago. 2014.

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. Liberalismo, neoliberalismo e educação especial: algumas implicações. *Cadernos CEDES*, v.46, 1998.

LIBÂNEO, J.C; PIMENTA, S.G. Formações de profissionais da educação: visão crítica e perspectiva de mudança. **Revista Educação & Sociedade**, ano XX, n.68, dez, 1999. Disponível em: www.scielo.com.br. Acesso em: 25/05/23.

LIMA, Michelle Fernandes. A escola como Locus da Diversidade. In: SILVA, Adnilson José da; [et.al]. **Fundamentos da diversidade e cidadania: percursos conceituais, históricos e escolares**. Guarapuava: Editora da Premier/ Unicentro, 2009.

MALDONADO, Vanessa. Educação inclusiva: formação de cidadãos para uma vida plena. *Revista de Psicologia da UNESP*, 1(1), 2002.

MANTOAN, Maria Teresa Égler. **A integração de pessoas com deficiência: contribuições para reflexão sobre o tema**. MTE, 2015.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MARTINS, Lucia de Araújo Ramos. Reflexões sobre a formação de professores com vistas à educação inclusiva. IN: MIRANDA, T.G; FILHO, T.A.G (Orgs.). **O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares**. Salvador: EDUFBA, 2012.

MAIMONI, Eulália H. BORTONE, Márcia E. **Colaboração família-escola em um procedimento de leitura para alunos das séries iniciais**. *Psicologia Escolar e Educacional*. Volume 5, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/readcube/epdf.php?doi=10.1590/S1413-85572001000100005&pid>. Acesso em março/2023.

MELLO, Guiomar Namo de. **Formação Inicial de professores para a Educação Básica: uma revisão radical**. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/spp/v14n1/9807>.

MENEGHETTI, R.G.K. (Orgs.). **Caminhos Pedagógicos da Educação Especial**. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

MENEZES, E. T., & SANTOS, T. H. **Declaração de Salamanca** (Verbetes). *Dicionário Interativo da Educação Brasileira-EducaBrasil*. São Paulo: Midiamix, 2002.

MENDES, E.G. Colaboração entre ensino regular e especial: o caminho do desenvolvimento pessoal para a inclusão escolar. In MANZINI, E.J. (Org.). **Inclusão e acessibilidade**. Marília: ABPEE, 2006.

MURATA, M. P. F. e MURATA, A. T. **Educação em Direitos Humanos: Públicos da Desigualdade Social**. Universidade Federal do Paraná: Curitiba, 2014.

NÓVOA, A. (Org). **Os professores e a sua formação**. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 1999.

PASIAN, Mara Silva. **Atendimento educacional especializado**: aspectos da formação do professor. Cad. Pesqui. 47 (165) Jul-Sep 2017.

PATTO, Maria Helena Souza. **A produção do fracasso escolar**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1993.

PEREIRA, Mariana Bodelão. LOPES, Esther. **Evasão escolar dos alunos com deficiência intelectual do ensino regular**: relato de experiências. VII Encontro da Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial Londrina de 08 a 10 novembro de 2011.

PINHEIRO, Maria do Carmo Lopes. **Inclusão Escolar**: Um Olhar Para As Pessoas Com Deficiência. Goiania: PUC, 2020.

PINTRICH, P. R. **O papel da motivação na promoção e sustentação da auto-regulação**. Jornal Internacional de Pesquisa Educacional, v. 31, p. 459-470, 1999

PIAGET, J. **Epistemologia Genética. Tradução de Os Pensadores**. Abril Cultural, 1998.

QUEIROZ, Cecília Telma Alves Pontes de. MOITA, Filomena Maria Gonçalves da Silva Cordeiro. **Fundamentos sócio-filosóficos da educação**. Campina Grande; Natal: UEPB/UFRN, 2007.

REIS, R. **Os professores da escola pública e a educação escolar de seus filhos: uma contribuição ao estudo da profissão docente**. São Paulo: Paulinas, 2006.

RODRIGUES, José Ribamar Tôrres. **A sala de aula e o processo de construção do conhecimento**. Encontro de Pesquisa da UFPI. Disponível em: www.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/...2/GT2_14_2002. Acesso em 15/06/2022.

RIBEIRO, Vera Masagão. **Ensino fundamental de jovens e adultos**: Ideias em torno do currículo. In: Seminário Internacional de Educação e Escolarização de Jovens e Adultos: Experiências internacionais Educação & Sociedade, ano XX, nº 68, Dezembro/99 201 [Trabalhos apresentados]. São Paulo: MEC/Ibeac, v. 1, 1998, pp. 225-233.

RODRIGUES, Paula Cristina Raposo. **Multiculturalismo – A diversidade cultural na escola**. Escola Superior de Educação João de Deus. Lisboa, 2013. Disponível em: <www.comum.rcaap.pt>. Acesso em: 20/09/2022.

ROGERS, C. R. **Terapia centrada no ‘paciente’**. Santos: Martins Fontes, 1999.

RUDLEWSKI, Carlos; GRECO, Alessandro. **Impacto e velocidade**. Revista Veja. Ed. Especial. São Paulo: Abril, 2006.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. Revista Nacional de Reabilitação (Reação), São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009, p. 10-16.

SASSAKI, Romeu K. **Inclusão da pessoa deficiente no mercado de trabalho**. São Paulo: PRODEF, 1997.

SAVIANI, Demerval. **Escola e democracia**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 2004.

SKINNER, B. F. **Questões Recentes na Análise Comportamental**. Campinas, SP: Papirus, 1986.

SANTOS, Daísy Cléia Oliveira dos. Potenciais dificuldades e facilidades na Educação de alunos com deficiência intelectual. Educação e pesquisa, São Paulo. v. 38, n. 4, p. 935-948, 2012.

SANTOS, Camila Marafigo dos; MACHADO, Mércia Freire Rocha Cordeiro. Educação inclusiva: do que estamos falando?. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2021. - 47 p.: il. color. Formato: e-book.

SAVIANI, Demerval. **Escola e democracia**. Polêmicas do nosso tempo. Campinas: Autores associados, 2005.

SAVIANI, Demerval. **Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações**. 8ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

SEDUC, Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso. **Projeto Político Pedagógico**. Escola Estadual 19 de Dezembro. Querência- MT, Versão 2020.

SILVEIRA, Jader Luís da. **Abordagens Sobre Educação Inclusiva**. Formiga (MG): Editora MultiAtual, 2020.

SOUSA, Luciane Porto Frazão De. **As tecnologias assistivas integradas à cultura escolar**. Anais II CINTEDI... Campina Grande: Realize Editora, 2016. Disponível em: <<https://www.editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/22711>>. Acesso em: 29/04/2024.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2012.

TUNES, Elizabeth; TACCA, Maria Carmen V. R.; JÚNIOR, Roberto dos Santos B. **O professor e o ato de ensinar**. Cadernos de Pesquisa, v. 35, n. 126, p. 689-698, set/dez. 2005.

VALADÃO, C. R.; SANTOS, R. de F. M. **Família e escola: visitando seus discursos**. São Paulo: 1997.

VIGOSTKI, L. S. **Formação Social da Mente**. São Paulo: Martins Fontes. 2000.

APÊNDICE I

ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA APLICAR JUNTO AOS PROFESSORES

- 1- Qual a sua formação acadêmica? _____
- 2- Possui curso de especialização? _____
- 3- Tempo de exercício na profissão docente _____
- 4- O que você compreende por fracasso escolar?

- 5- Você se considera preparada para trabalhar com crianças que possuem dificuldade na aprendizagem? Justifique a sua resposta.

- 6- Quais são as suas inquietações em relação às práticas metodológicas utilizadas no aprendizado dos alunos em salas de aula inclusivas?

- 7- Você considera que os docentes se encontram preparados para receberem alunos com deficiência em classes comuns? Justifique a sua resposta.

- 8- Você conhece as bases legais que preconizam a inclusão nas escolas?

- 9- Em sua opinião, quais fatores influenciam na dificuldade de aprendizagem dos alunos?

10- Na Escola há formação continuada para professores?

Caso a resposta seja positiva, você participa dessa formação?

11- Como a inclusão é tratada na formação continuada? A formação contempla temáticas sobre esse assunto?

12- Na Escola os alunos com dificuldade de aprendizagem recebem atendimento psicopedagógico? _____

13- A Escola possui Sala de recursos Multifuncionais? Caso a resposta seja positiva, como este espaço funciona? Há profissionais com formação adequada que atuam neste espaço?

14- Em sua opinião, a intervenção do psicopedagogo contribui para a superação das dificuldades de aprendizagens causadas por fatores externos? Justifique a sua resposta.

15- Você possui alunos com algum tipo de deficiência?

Caso a resposta seja positiva, como você desenvolve o trabalho pedagógico junto a este(a) aluno(a)?

16- Quais são as dificuldades de aprendizagem mais evidentes nos anos iniciais?

17- Quais procedimentos você utiliza junto aos alunos com dificuldade de aprendizagem?

18- Você conta com o apoio da família no acompanhamento à vida escolar dos filhos?

Como é essa participação?

19- Como você avalia o trabalho da coordenação pedagógica da escola em relação ao suporte didático para a superação dos desafios em relação à inclusão?

APÊNDICE II

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TÍTULO DO ESTUDO: Os desafios da Educação Inclusiva com ênfase na formação inicial e continuada de professores

PESQUISADORA: Maria Aparecida da Silva

ORIENTADOR: Luciane Porto Frazão de Sousa

Você está sendo convidado a participar, como voluntário (a), da Pesquisa sob o título “Os desafios da Educação Inclusiva com ênfase na formação inicial e continuada de professores”. Meu nome é Maria Aparecida da Silva, sou mestranda em Educação. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, este documento deverá ser assinado, com a garantia de confidencialidade.

Esta pesquisa tem como objetivo investigar as causas das inquietações por parte de professores, em relação às práticas metodológicas utilizadas no aprendizado dos alunos em salas de aula inclusivas, bem como os desafios enfrentados por estes docentes, no que se refere à inclusão de alunos com deficiência em classes comuns.

Durante a entrevista, aspectos desagradáveis poderão ocorrer, tais como você não saber ou não querer responder a alguma pergunta, neste caso, sinta-se à vontade para não responder, no entanto, é importante observar que são perguntas simples e referentes ao seu cotidiano.

Referindo-se mais especificamente às entrevistas, a pesquisadora poderá refazê-las com outras palavras visando a compreensão por parte dos entrevistados. Reforço sua valiosa contribuição para a presente pesquisa, pois seus resultados poderão trazer benefícios para academia, sobretudo, no que tange à melhoria da prática dos docentes em salas de aulas inclusivas, bem como à formação de professores. A pesquisadora será a única a ter acesso aos dados e serão tomadas todas as providências necessárias para manter sigilo e sua identidade preservada.

Portanto, você está sendo convidado (a) a responder as perguntas da entrevista deste projeto de forma totalmente voluntária. As informações fornecidas terão sua privacidade garantida pela Pesquisadora responsável. Em nenhum momento os participantes da pesquisa serão identificados mesmo quando os resultados forem divulgados. A sua participação é isenta de toda e qualquer despesa.

Concordo voluntariamente em participar deste estudo e poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante o mesmo, sem penalidades, prejuízo ou perda de qualquer benefício que eu possa ter adquirido, ou no meu atendimento neste serviço.

_____ / ____ / _____
Assinatura do participante Data

_____ / ____ / _____
Assinatura do pesquisador Data

Assinatura do participante da pesquisa